

PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

Fichas de Indicadores de Monitorização

Anexo 4do 5º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT - 2015

Abril 2016



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
de Lisboa e Vale do Tejo

Índice

Introdução.....	4
Indicadores-Chave de Contexto	5
1 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global	5
2 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão	6
3 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade	7
4 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental	8
5 – PIB <i>per capita</i>	9
6 – Esperança de vida à nascença	10
7 – Índice de envelhecimento	11
8 – Taxa quinquenal de mortalidade infantil	12
9 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário.....	13
10 – Taxa de escolarização no ensino superior.....	14
11 – População servida por sistemas de abastecimento de água	15
12 – População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	16
13 – População servida por estações de tratamento de águas residuais	17
14 – População Residente, por local de residência.....	18
15 – Proporção da superfície dos sítios da Rede Natura 2000	19
16 – Proporção da superfície das áreas protegidas	20
Indicadores de Monitorização por Eixo Estratégico e fator Crítico	21
17 – Valor Acrescentado Bruto por ramo de atividade	21
18 – Produtividade aparente do trabalho.....	23
19 – Taxa de cobertura das importações pelas exportações.....	24
20 – Taxa de natalidade das empresas	25
21 – Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes	26
22 – Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia.....	27
23 – Despesas em I&D em percentagem do PIB.....	29
24 – Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços.....	31
25 – Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras	33
26 – Evolução do emprego nas atividades do setor ambiental	35
27 – Evolução do emprego nas atividades do setor cultural	37
28 – Número médio de alunos no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet.....	39
29 – Proporção de declarações fiscais de IRS – Modelo 3 entregues <i>on-line</i>	40
30 – Capacidade de alojamento turístico por tipologia	41
31 – Estada média por tipologia de alojamento	42
32 – Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento.....	44
33 – Proporção de hóspedes estrangeiros.....	46
34 – Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares	47
35 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência	48
36 – Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutra município.....	49
37 – Produtividade económica nas explorações agrícolas.....	50

38 – Produtividade económica dos Sistemas de Produção	51
39 – Frentes ribeirinhas valorizadas.....	52
40 – Consumo de combustível automóvel por habitante.....	53
41 – Estrutura Ecológica.....	54
42 – Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral.....	55
43 – Áreas protegidas regionais ou locais.....	57
44 – Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco.....	58
45 – Taxa de incorporação endógena	60
46 – Perdas reais de água.....	61
47 – Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente.....	63
48 – Taxa de superfície florestal ardida	64
49 – Taxa de abandono agrícola.....	66
50 – Grau de Extensificação Agrícola	67
51 – Modos de produção sustentáveis	69
52 – Dinâmica de reabilitação urbana	71
53 – Dinâmica de reabilitação do edificado	74
54 – Serviços de transporte coletivo urbano	76
55 – Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência	77
56 – Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas	78
57 – Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes.....	80
58 – Proporção da população residente em cidades	82
59 – Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT	84
60 – Construção de habitação em solo rural	85
61 – Superfície irrigável.....	87
62 – Património imóvel classificado como monumento nacional	88
63 – Emissões de GEE <i>per capita</i>	89
64 – Emissões de GEE por setor	91
65 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	93
66 – Consumo de energia elétrica por habitante.....	94
67 – Qualidade da água para consumo humano	95
68 – Resíduos urbanos recolhidos por habitante	97
69 – Resíduos urbanos recolhidos por tipo de destino.....	98
70 – Índice de dependência total.....	99
71 – Taxa bruta de escolarização do ensino básico	100
72 – Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos	101
73 – População por dimensão dos lugares	102
74 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal.....	103
75 – Proporção de águas residuais tratadas	104
Anexos.....	106
Anexos 1	106

Introdução

A monitorização constitui uma parte fundamental do processo de acompanhamento e gestão de implementação do PROT OVT, devendo facultar a perceção da realidade evolutiva da região. Este processo tem por base um conjunto de indicadores: **16 indicadores-chave de contexto e 59 indicadores de resultado** distribuídos por Eixo Estratégico e Fatores Críticos para a Decisão (FCD). A distribuição dos indicadores por Eixo estratégico e Fator Crítico para a Decisão encontra-se disponível no Anexo 1.

Os indicadores-chave de contexto que incidem sobre a região do Oeste e Vale do Tejo e que são analisados face ao Continente, permitem aferir o desenvolvimento da região e estabelecer um termo comparativo com as restantes regiões, enquanto os demais permitem avaliar a concretização das opções estratégicas de base territorial do PROT, assim como servir os objetivos da avaliação e controlo ambiental.

As opções estratégicas de base territorial do PROT OVT agrupam-se em quatro Eixos Estratégicos:

1. Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização;
2. Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental;
3. Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana;
4. Descobrir novas ruralidades.

Os Fatores Críticos para Decisão guiam de forma transversal a abordagem da Avaliação Ambiental Estratégica e encontram-se agrupados do seguinte modo:

- FCD 1 – Recursos Naturais e Culturais;
- FCD 2 – Energia;
- FCD 3 – Qualidade do ambiente;
- FCD 4 – Potencial humano;
- FCD 5 – Acessibilidades e mobilidade;
- FCD 6 – Desenvolvimento rural/ Relação urbano-rural;
- FCD 7 – Fragmentação territorial.

Com o intuito de melhorar a perceção e interpretação da informação fornecida pelos vários indicadores, procedeu-se à sua disponibilização em formato de ficha, sintetizando para cada indicador a seguinte informação:

- O número, a designação, a tipologia do indicador e, quando aplicável, os Eixos Estratégicos e os FCD a que este se associa;
- A definição do indicador, a referência (quando se trata de um indicador que integra o Sistema de Informação do Observatório RLVT), a fonte de informação, a unidade de medida e de análise, a periodicidade e o último ano em que os dados se encontram disponíveis;
- Uma ilustração;
- O método ou fórmula de cálculo e por fim algumas observações metodológicas.

A informação estatística disponibilizada considera, sempre que possível, o ano de 2008 como ano inicial de reporte, por ser o ano anterior à entrada em vigor do PROT OVT. A informação é retratada ao nível de NUTS III por se entender que assim se permite uma análise abrangente que possibilita verificar as diferenças entre as sub-regiões e fazer comparações mais fiáveis com as metas definidas para o Oeste e Vale do Tejo.



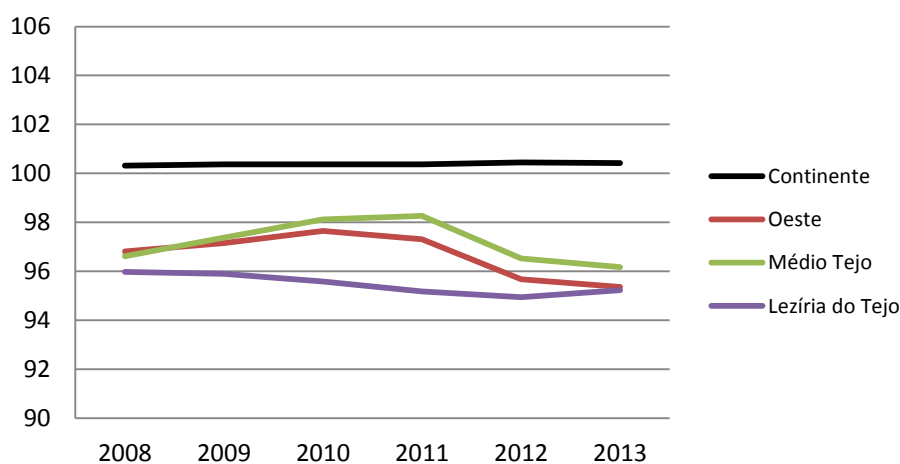
Indicadores-Chave de Contexto

1 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global

Ficha Metodológica	Indicador Nº 1
Designação	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto

Definição	O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) baseia-se num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em 3 componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental. O ISDR global é o resultado do desempenho conjunto das suas 3 componentes.		
Referência	ORLVT T22010001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional		
Unidade de medida	N/A		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 1 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Global (2008 -2013)



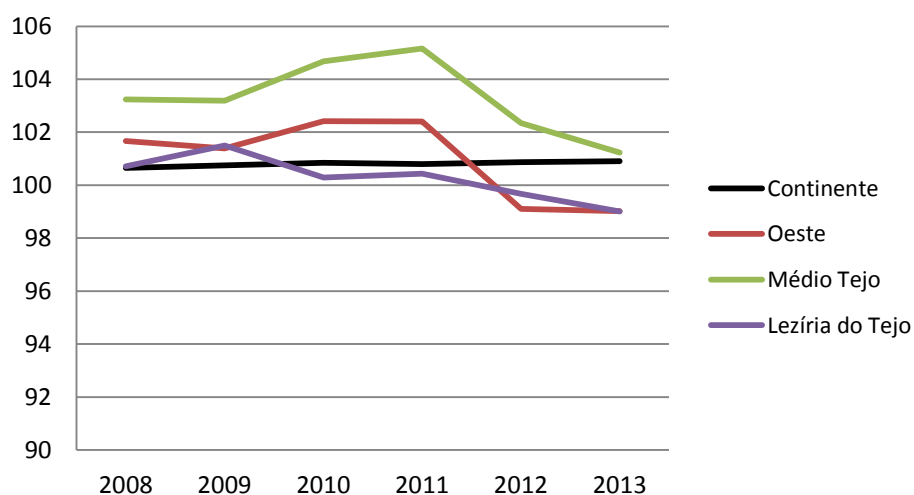
Observações Os anos de 2012 e 2013 têm por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertão.

2 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão

Ficha Metodológica		Indicador Nº 2
Designação	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão	
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto	

Definição	O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) baseia-se num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em 3 componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental. Este indicador reporta-se à componente da Coesão.		
Referência	ORLVT T22010002		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional		
Unidade de medida	N/A		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 2 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão (2008 -2013)



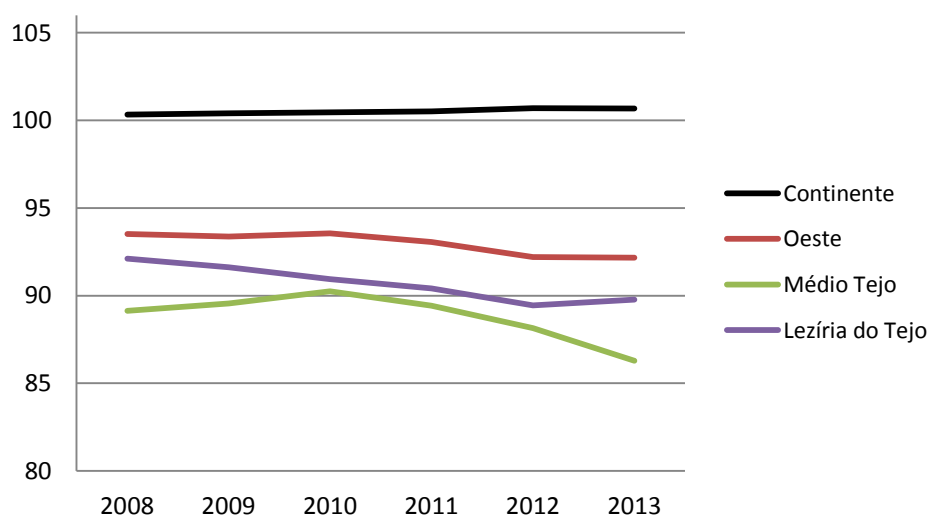
Observações Os anos de 2012 e 2013 têm por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

3 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade

Ficha Metodológica	Indicador Nº 3
Designação	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto

Definição	O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) baseia-se num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em 3 componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental. Este indicador reporta-se à componente da competitividade.		
Referência	ORLVT T22010003		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional		
Unidade de medida	N/A		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 3– Índice Sintético de Desenvolvimento Regional –Competitividade(2008 -2013)



Observações

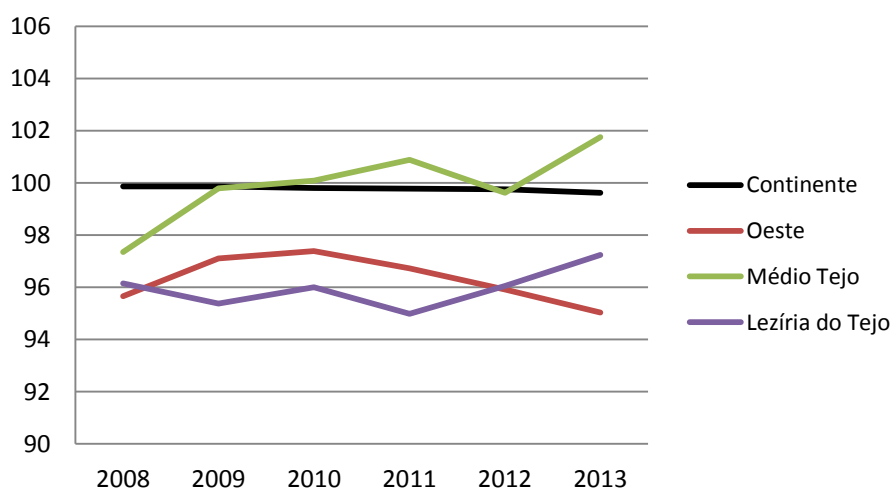
Os anos de 2012 e 2013 têm por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

4 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental

Ficha Metodológica	Indicador Nº 4		
Designação	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental		
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto		

Definição	O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) baseia-se num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em 3 componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental. Este indicador reporta-se à componente da qualidade ambiental.		
Referência	ORLVT T22010004		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional		
Unidade de medida	N/A		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 4 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental (2008 -2013)



Observações

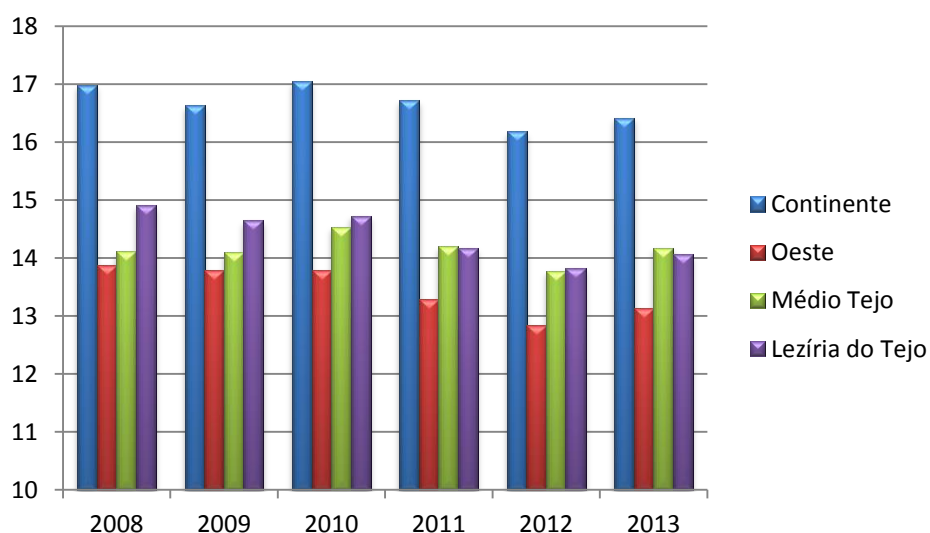
Os anos de 2012 e 2013 têm por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

5 – PIB *per capita*

Ficha Metodológica		Indicador Nº 5	
Designação	PIB <i>per capita</i>		
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto		

Definição	Produto Interno Bruto por habitante a preços correntes (Base 2011).		
Referência	ORLVT O07010001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Contas Económicas Regionais		
Unidade de medida	Milhares €		
Fórmula de cálculo	Produto interno bruto a preços correntes/ População média anual residente		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 5 – Produto Interno Bruto *per capita* a preços correntes (Base 2011 - Milhares €)



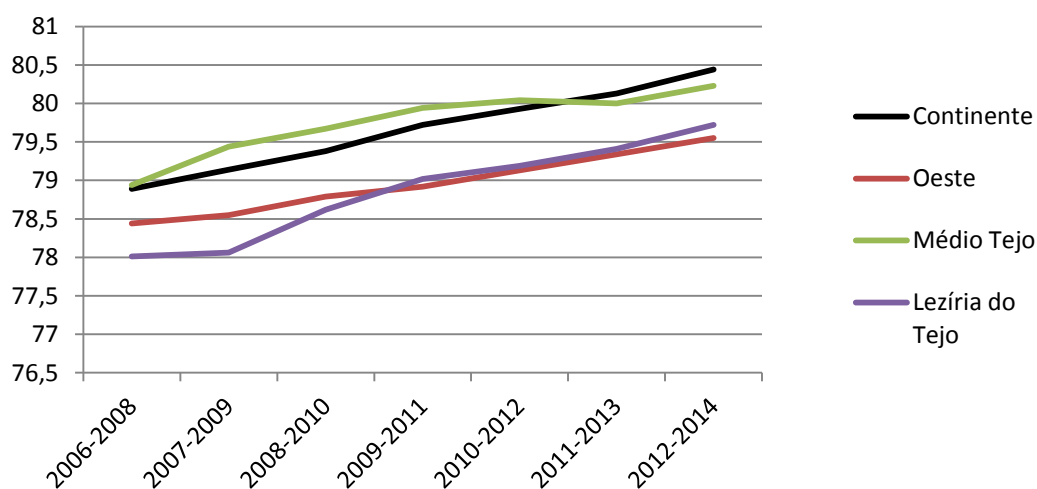
Observações	Os dados divulgados para 2012 e 2013 correspondem a valores preliminares. Este indicador substitui o PIB <i>per capita</i> (Base 2006) utilizado em relatórios anteriores, que deixou de ser disponibilizado pelo INE.
-------------	---

6 – Esperança de vida à nascença

Ficha Metodológica		Indicador Nº 6
Designação	Esperança de vida à nascença	
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto	

Definição	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento		
Referência	ORLVT P00040018		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Tábuas Completas de Mortalidade		
Unidade de medida	Idade		
Fórmula de cálculo	A esperança de vida é derivada de tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos, em vigor a partir de 2007		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2012 - 2014		

Figura 6 – Esperança de vida à nascença (idade)



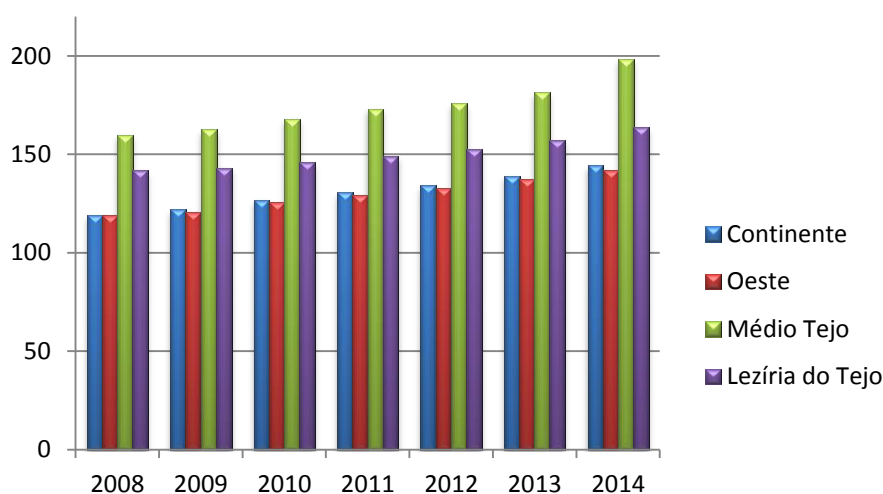
Observações	Este indicador traduz o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento. Dados trienais. Os anos de 2012-2014 têm por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.
-------------	---

7 – Índice de envelhecimento

Ficha Metodológica		Indicador Nº 7
Designação	Índice de envelhecimento	
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto	

Definição	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.		
Referência	ORLVT P00020001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estimativas Anuais da População Residente		
Unidade de medida	Número (nº)		
Fórmula de cálculo	$IE = \frac{P(65, +)}{P(0, 14)} * 10^n$ <p> $P(65, +)$ = População residente com 65 e mais anos de idade. $P(0, 14)$ = População residente com idade entre 0 e 14 anos. $n=2$ </p>		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 7 – Índice de Envelhecimento (nº)



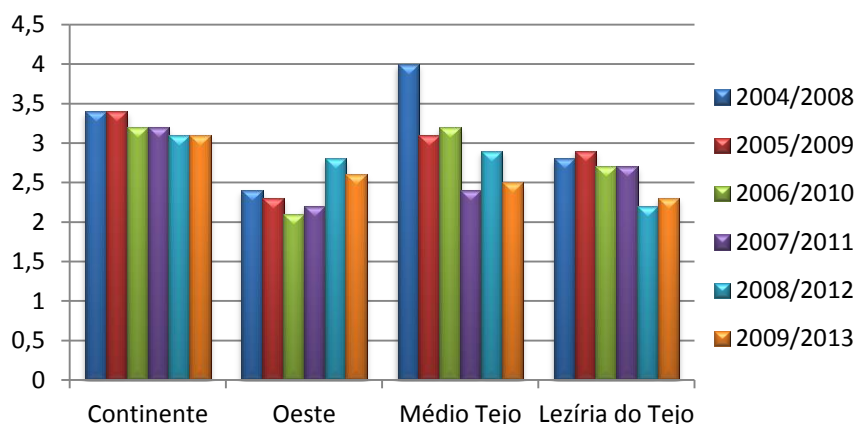
Observações O ano de 2014 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

8 – Taxa quinquenal de mortalidade infantil

Ficha Metodológica		Indicador N.º8
Designação	Taxa quinquenal de mortalidade infantil	
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto	

Definição	-		
Referência	ORLVT P00040003		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Óbitos por Causas de Morte		
Unidade de medida	Permilagem (‰)		
Fórmula de cálculo	$TMI = \left[\frac{\text{Somatório Ob} < 1(t-5, t)}{\text{Somatório NV}(t-5, t)} \right] * 1000;$ <p>Onde: Somatório Ob < 1(t-5, t) = Somatório dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade no período relativo aos últimos cinco anos (t-5 e t); Somatório NV(t-5, t) = Somatório dos nados-vivos no período relativo aos últimos cinco anos (t-5 e t); t = N.º de anos</p>		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2009/2013		

Figura 8 – Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)



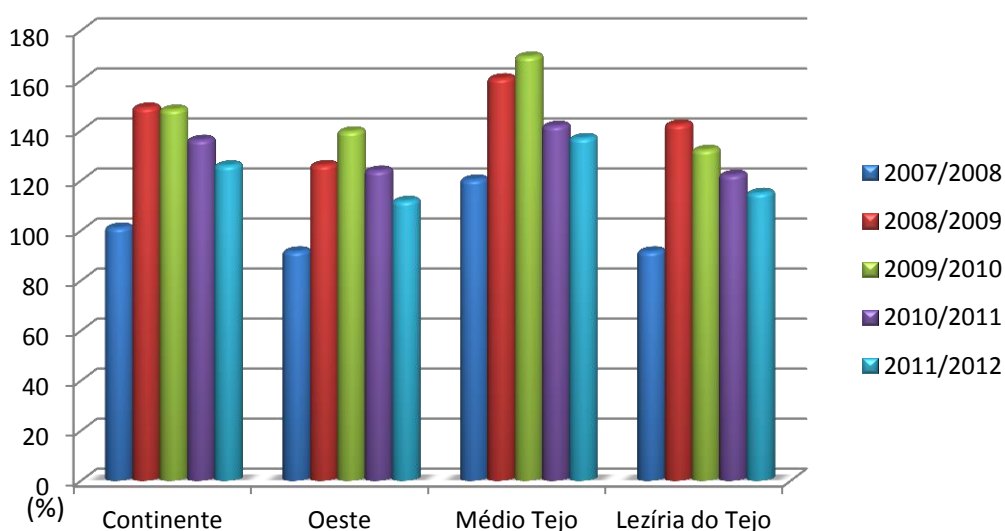
Observações No âmbito da monitorização do PROT OVT passa-se a adotar-se o indicador “taxa quinquenal de mortalidade infantil” (em substituição de “taxa de mortalidade infantil”), já que o INE apenas disponibiliza informação desagregada por NUTS III para este indicador (referente à mortalidade infantil). Os anos 2009 / 2013 têm por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

9 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário

Ficha Metodológica		Indicador Nº 9
Designação	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto	

Definição	Relação percentual entre o número total de alunos inscritos no ensino secundário (independentemente da idade) e a população residente com idade normal de frequência desse ciclo de estudo (15 – 17 anos).		
Referência	ORLVT P01010002		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Alunos matriculados no ensino secundário} / \text{População residente com idade entre 15 e 17 anos}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2011/2012		

Figura 9 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)



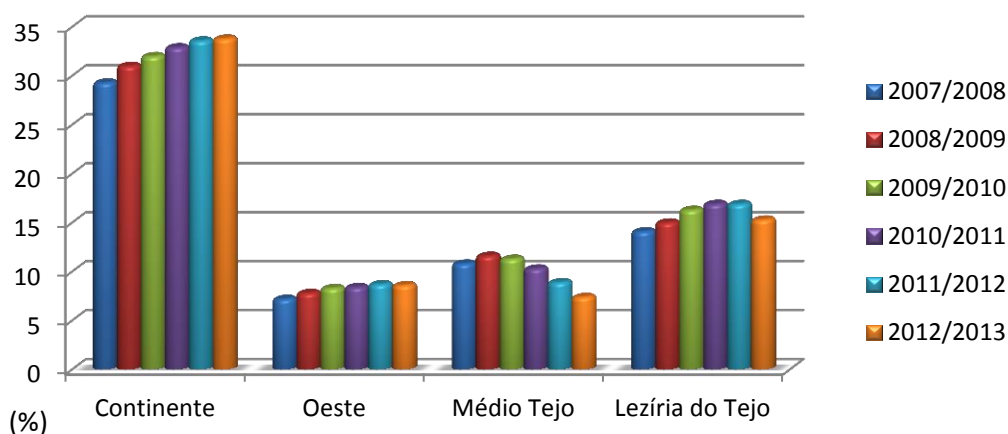
Observações De acordo com os dados do INE, para este indicador, o período de referência dos dados passa a ser o ano letivo.

10 – Taxa de escolarização no ensino superior

Ficha Metodológica		Indicador Nº 10
Designação	Taxa de escolarização no ensino superior	
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto ¹	

Definição	Relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de formação inicial, com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários.		
Referência	ORLVT P01010011		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Educação e Ciência		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$\left(\frac{\text{Alunos com idade entre 18 e 22 anos matriculados em cursos de formação inicial no ensino superior}}{\text{População residente com idade entre 18 e 22 anos}} \right) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2012/2013		

Figura 10 – Taxa de escolarização no ensino superior (%)



Observações	Cursos de formação inicial no ensino superior: cursos que conferem grau académico de licenciatura ou de bacharelato. Devido a alteração na forma de disponibilização dos dados no INE, no presente relatório para este indicador, a unidades temporal de análise passa a ser o ano letivo.
-------------	--

¹ Este indicador serve também a monitorização do Fator Crítico para a Decisão 4 – Potencial Humano

11 – População servida por sistemas de abastecimento de água

Ficha Metodológica

Indicador Nº 11

Designação

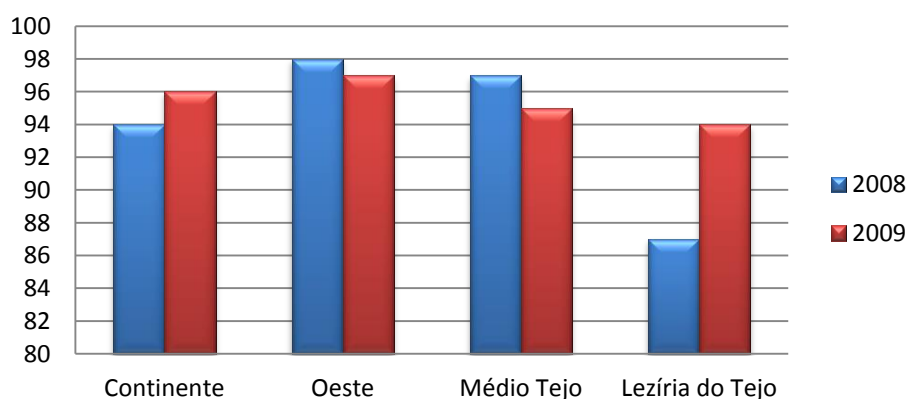
População servida por sistemas de abastecimento de água

Tipologia de Indicador

Indicador-chave de Contexto

Definição	Rácio entre a população servida por sistemas de abastecimento de água e a população média anual residente.		
Referência	ORLVT T14010001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR VFF)		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{População servida por sistemas de abastecimento de água} / \text{População média anual residente}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2009		

Figura 11–População servida por sistemas de abastecimento de água (%)



Observações

Os dados de 2008 para a Lezíria do Tejo não incluem informação referente aos municípios de Almeirim e Golegã, enquanto que os dados do Oeste excluem os municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã. Os dados de 2009 para o Médio Tejo não contabilizam o município de Vila Nova da Barquinha, já os dados para a Lezíria do Tejo excluem o município de Golegã e os dados para o Oeste não incluem os municípios de Bombarral Caldas da Rainha e Lourinhã (INE).

12 – População servida por sistemas de drenagem de águas residuais

Ficha Metodológica

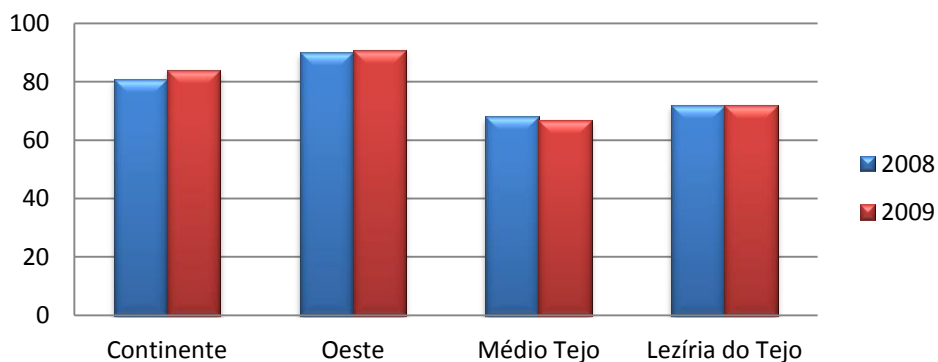
Indicador Nº 12

Designação População servida por sistemas de drenagem de águas residuais

Tipologia de Indicador Indicador-chave de Contexto²

Definição	Rácio entre a população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e a população média anual residente.		
Referência	ORLVT T14010002		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR VFF)		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	(População servida por sistemas de drenagem de águas residuais/ População média anual residente) *100		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2009		

Figura 12– População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)



Observações Os dados de 2008 para a Lezíria do Tejo não incluem informação referente aos municípios de Almeirim e Golegã, enquanto que os dados do Oeste excluem os municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã. Os dados de 2009 para o Médio Tejo não contabilizam o município de Vila Nova da Barquinha, já os dados para a Lezíria do Tejo excluem o município de Golegã e os dados para o Oeste não incluem os municípios de Bombarral e Lourinhã.

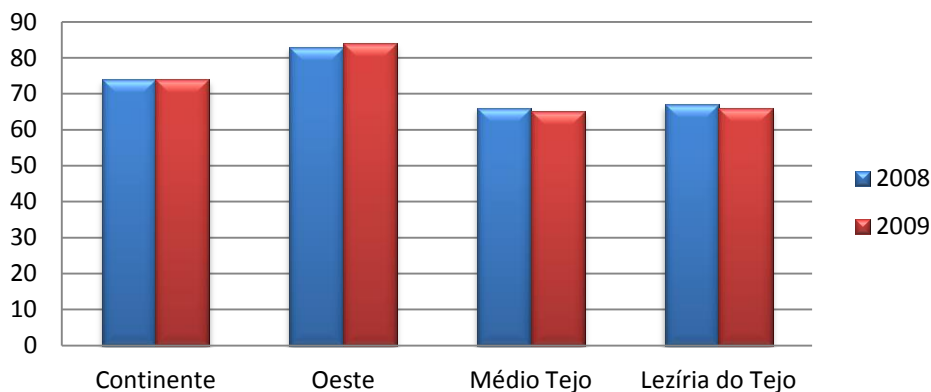
² Este indicador serve também a monitorização do Fator Crítico para a Decisão 3 – Qualidade do Ambiente

13 – População servida por estações de tratamento de águas residuais

Ficha Metodológica	Indicador Nº 13
Designação	População servida por estações de tratamento de águas residuais
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto³

Definição	Rácio entre a população servida por estações de tratamento de águas residuais e a população média anual residente.		
Referência	ORLVT T14010003		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR VFF)		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{População servida por estações de tratamento de águas residuais} / \text{População média anual residente}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2009		

Figura 13– População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)



Observações	Os dados de 2008 para a Lezíria do Tejo não incluem informação referente aos municípios de Almeirim e Golegã, enquanto que os dados do Oeste excluem os municípios de Alenquer e Lourinhã. Os dados de 2009 para o Médio Tejo não contabilizam o município de Vila Nova da Barquinha, já os dados para a Lezíria do Tejo excluem o município de Golegã e os dados para o Oeste não inclui o município de Lourinhã.
-------------	--

³ Este indicador serve também a monitorização do Fator Crítico para a Decisão 3 – Qualidade do Ambiente

14 – População Residente, por local de residência

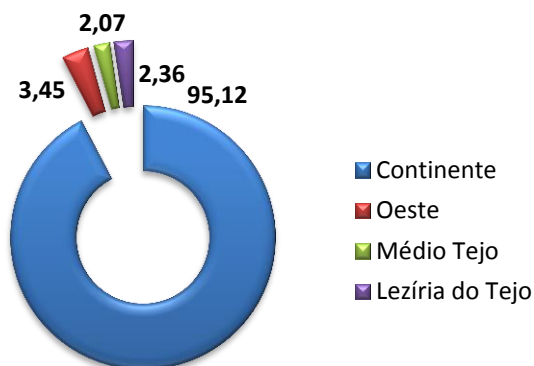
Ficha Metodológica		Indicador Nº 14	
Designação	População Residente		
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto		

Definição	População Residente (por local de residência)		
Referência	-		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estimativas Anuais		
Unidade de medida	Número (nº)		
Fórmula de cálculo	Valor estimado (Dem.)		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 14–População residente, por local de residência (nº)

	2008	2009	2010	2011	2012
Continente	10051206	10059864	10057999	10030968	9976649
Oeste	359265	361380	363065	362311	361374
Médio Tejo	222692	221953	221121	219465	217591
Lezíria do Tejo	247216	247624	247780	247587	246952

Figura 15 - População residente 2013 (%)



Observações

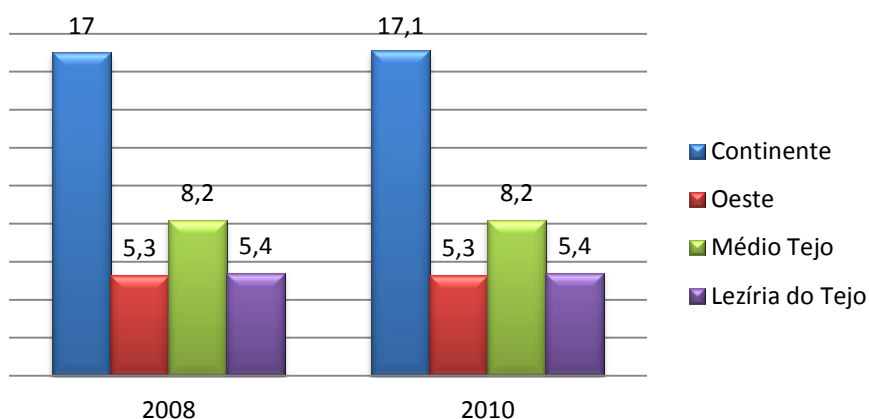
A classificação territorial utilizada corresponde à CAOP 2010 em vigor à data dos Censos 2011

15 – Proporção da superfície dos sítios da Rede Natura 2000

Ficha Metodológica	Indicador Nº 15
Designação	Proporção da superfície dos sítios da Rede Natura 2000
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto⁴

Definição	Relação percentual entre a área dos sítios da Rede Natura 2000 e a área total da unidade territorial.		
Referência	ORLVT T16010004		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2010		

Figura 16—Porcentagem da superfície dos sítios da Rede Natura 2000 (%)



Observações	Rede ecológica europeia de zonas especiais de preservação, que tem por objetivo assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável, tendo em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais. Última atualização destes dados: 17 de novembro de 2011.
-------------	--

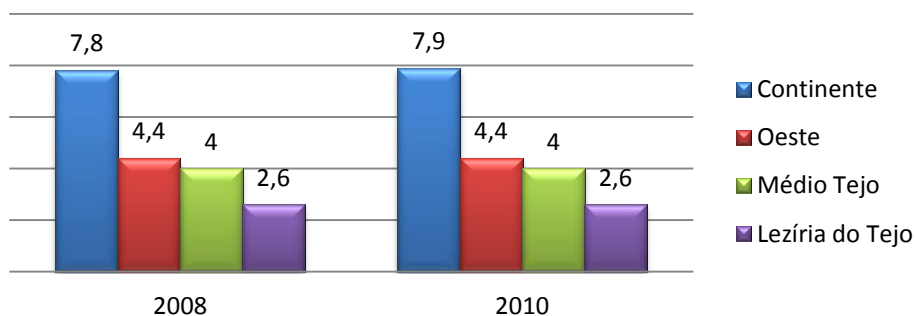
⁴ Este indicador serve também a monitorização do Fator Crítico para a Decisão 1 - Recursos Naturais e Culturais

16 – Proporção da superfície das áreas protegidas

Ficha Metodológica		Indicador Nº 16
Designação	Proporção da superfície das áreas protegidas	
Tipologia de Indicador	Indicador-chave de Contexto ⁵	

Definição	Relação percentual entre a área dos sítios da Rede Natura 2000 e a área total da unidade territorial.		
Referência	ORLVT T16010004		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Superfície de área protegida} / \text{Superfície da unidade territorial}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2010		

Figura 17—Porcentagem das áreas protegidas (%)



Observações	Área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de se degradar. O total inclui as áreas protegidas privadas. Última atualização destes dados: 28 de novembro de 2011.
-------------	--

⁵ Este indicador serve também a monitorização do Fator Crítico para a Decisão 1 - Recursos Naturais e Culturais

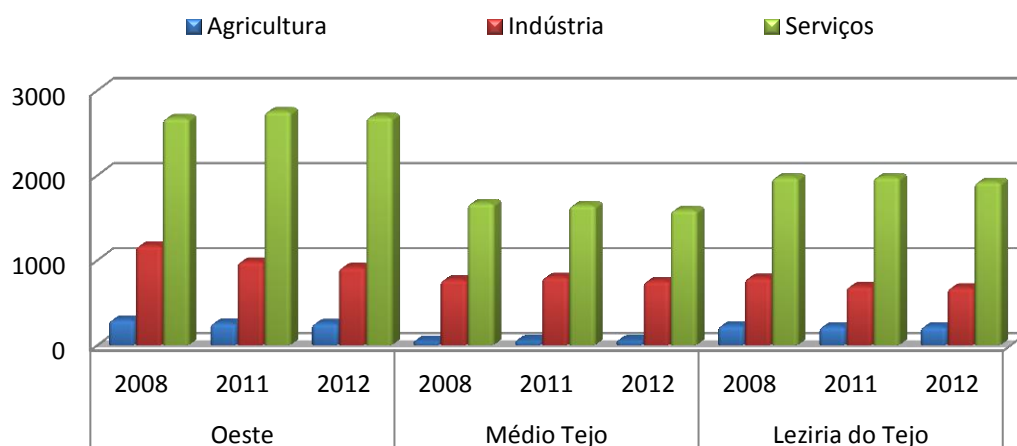
Indicadores de Monitorização por Eixo Estratégico e fator Crítico

17 – Valor Acrescentado Bruto por ramo de atividade

Ficha Metodológica		Indicador Nº 17	
Designação		Valor Acrescentado Bruto por ramo de atividade	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Especialização económica	

Definição	-		
Referência	ORLVT 007010012		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Contas económicas regionais		
Unidade de medida	Euro (€)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2012		

Figura 18–Valor Acrescentado Bruto por ramo de atividade (€)



Meta 2020	↗
Observações	Indicador denominado “Valor acrescentado bruto (B.1g) a preços correntes (Base 2006 - €)”.

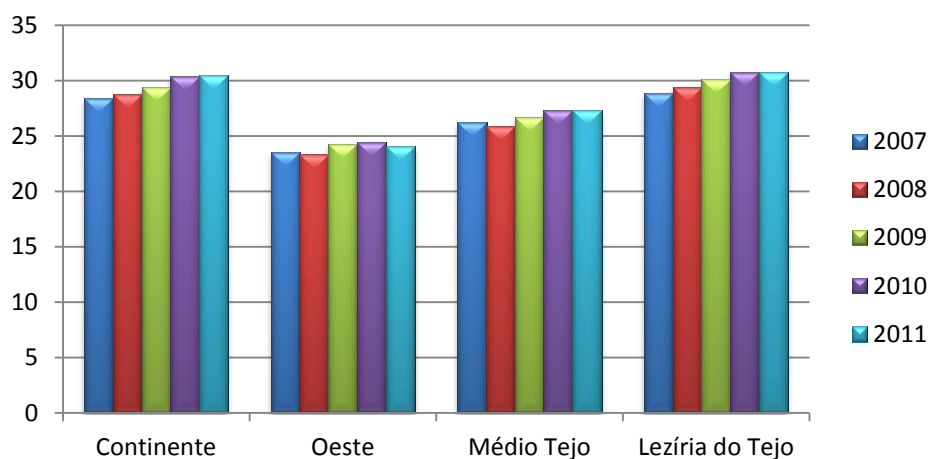
Dados de 2012 preliminares, dados de 2011 provisórios.
De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, no presente relatório os ramos de atividade passam a denominar-se: a) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, b) Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção, c) Serviços.

18 – Produtividade aparente do trabalho

Ficha Metodológica		Indicador Nº 18	
Designação		Produtividade aparente do trabalho	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		4	1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Eficiência da economia	

Definição	-		
Referência	ORLVT 007030005		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Contas económicas regionais		
Unidade de medida	Euro (€)		
Fórmula de cálculo	(VAB/ População Empregada)		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2011		

Figura 19–Produtividade aparente do trabalho (€)



Meta 2020 ↗

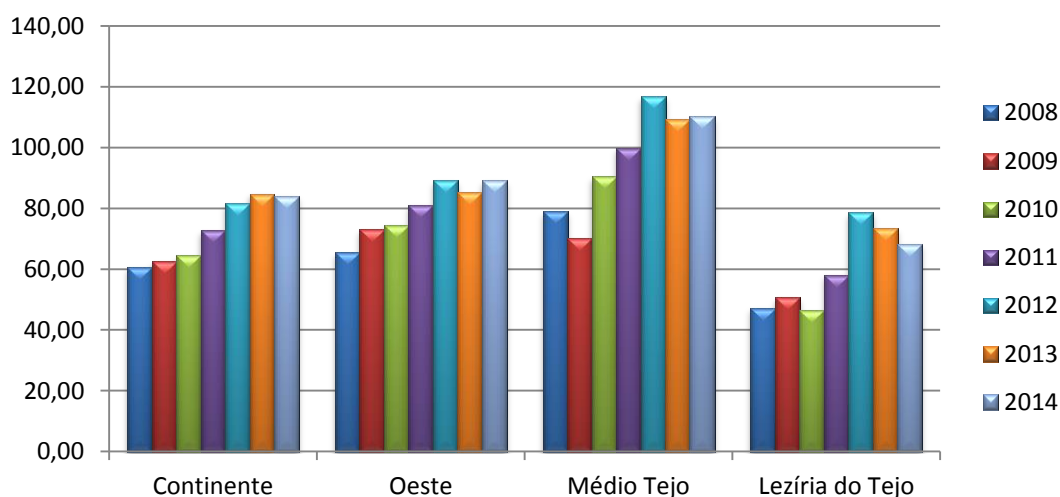
Observações: Dados de 2011 provisórios.
 Produtividade aparente do trabalho (Base 2006 - €).
 No 3º Relatório de Monitorização a designação do indicador foi ajustada para “Produtividade aparente do trabalho (Base 2000 - €) (Euro - Milhares)”, com a respetiva afinção de valores com base nas Contas Económicas Regionais (INE).

19 – Taxa de cobertura das importações pelas exportações

Ficha Metodológica		Indicador Nº 19	
Designação	Taxa de cobertura das importações pelas exportações		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Internacionalização da economia	

Definição	-		
Referência	ORLVT 007040001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do comércio internacional de bens		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Valor estatístico das exportações} / \text{Valor estatístico das importações}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 20–Taxa de cobertura das importações pelas importações (%)



Meta 2020 ↗

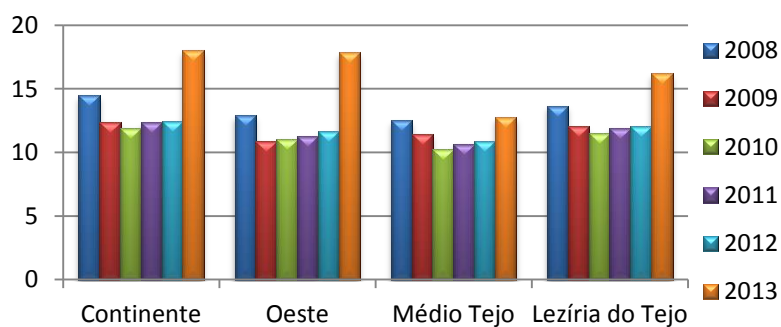
Observações Os dados relativos a 2006-2010 foram alvo de uma atualização em 08/09/2014, que resulta numa alteração da desagregação por produto e país, sem alteração dos valores globais.
Dados de 2014 são provisórios.

20 – Taxa de natalidade das empresas

Ficha Metodológica		Indicador Nº 20	
Designação	Taxa de natalidade das empresas		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Dinâmica empresarial	

Definição	-		
Referência	ORLVT 006010009		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Demografia das empresas		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	(Valor estatístico das exportações/ Valor estatístico das importações) *100		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 21–Taxa de natalidade das empresas (%)



Meta 2020

N/A

Observações

Com a entrada em vigor de um novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em 2010, foi produzida uma nova série de estatísticas das empresas, de acordo com as regras do SNC, para o período 2004-2009, que permite a comparação com os dados de 2010.

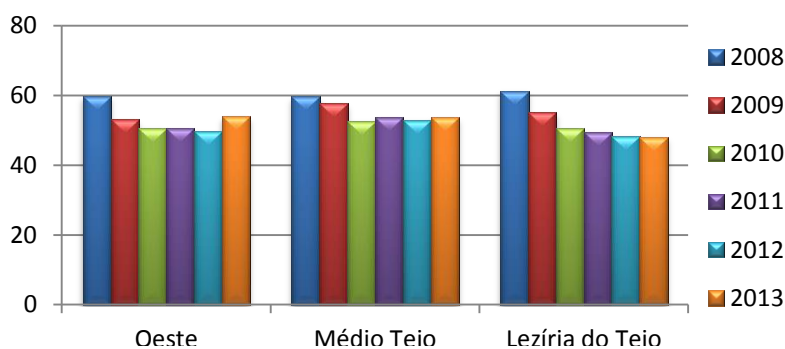
Indicador denominado pelo INE “Taxa de natalidade (%) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)”. O ano de 2013 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

21 – Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes

Ficha Metodológica		Indicador Nº 21	
Designação		Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Sucesso das empresas recém-criadas	

Definição	Quociente entre o número de empresas ativas no ano n, que tendo nascido no ano n-t, sobreviveram t anos, e o número de empresas nascidas no ano n-t.		
Referência	ORLVT 006010011		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Demografia das empresas		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$\left(\frac{\text{Número de empresas ativas no ano } n \text{ que tendo nascido no ano } n-2 \text{ sobreviveram no ano } n}{\text{Número de empresas nascidas no ano } n-2} \right) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 22–Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes (%)



Meta 2020

Observações

Indicador denominado pelo INE “Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2002)”. Os valores para o ano de 2012 têm uma quebra de série. O ano de 2013 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertão.

22 – Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia

Ficha Metodológica		Indicador Nº 22	
Designação	Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 4	Eixos Estratégicos 1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Empreendedorismo em sectores de alta tecnologia	

Definição Correspondem às indústrias de alta tecnologia, indústrias de média-alta tecnologia e aos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

Referência ORLVT 006010008

Fonte dos dados Instituto Nacional de Estatística, Demografia das empresas

Unidade de medida Percentagem (%)

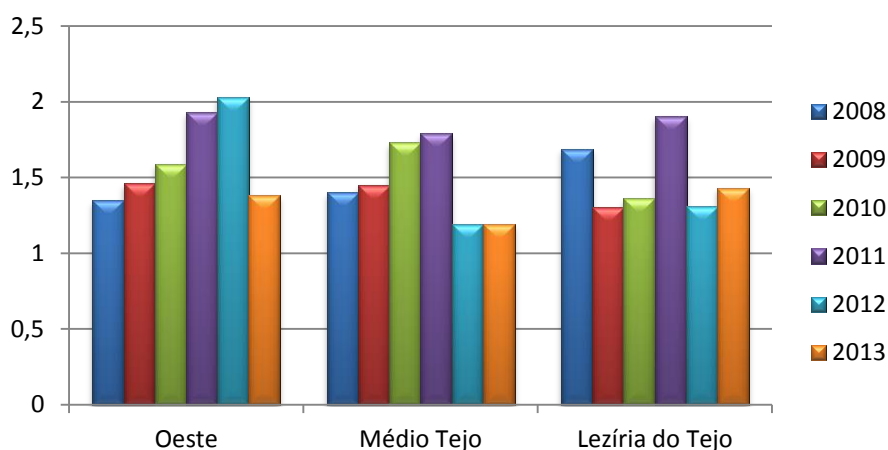
Fórmula de cálculo (Nascimentos reais de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia/ Nascimentos reais de empresas) *100

Unidades de Análise Concelho NUTS III ✓

Periodicidade Anual

Último ano disponível 2013

Figura 23—Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%)



Meta 2020 ↗

Observações Indicador denominado pelo INE “Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica (NUTS

- 2002) ”.

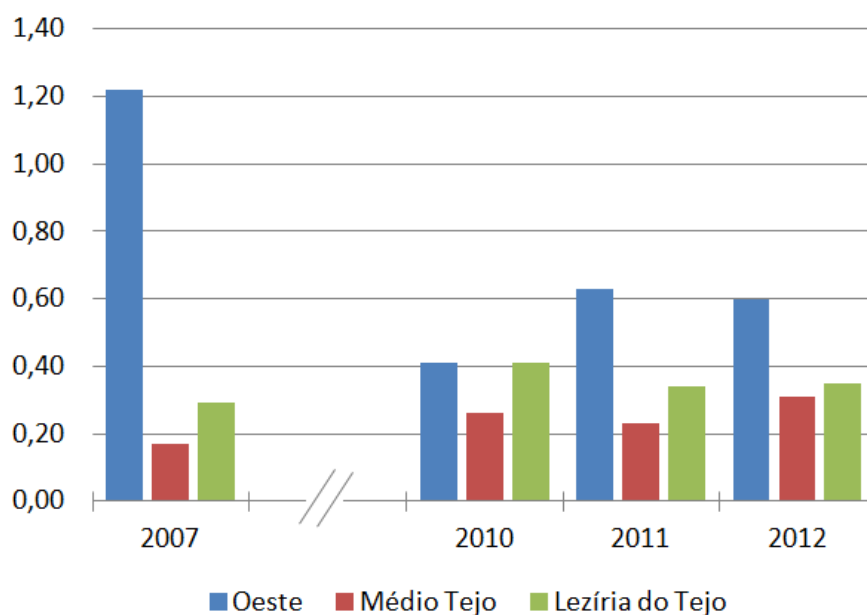
Indústrias de alta tecnologia (divisões 21 e 26 e grupo 303 da CAE Rev.3), indústrias de média-alta tecnologia (divisões 20, 27, 28 e 29 e grupos 254, 302, 304, 309 e 325 da CAE Rev.3), serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 59, 60, 61, 62, 63, e 72 da CAE Rev.3).O ano de 2013 tem por base as NUTS de 2013.O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertão.

23 – Despesas em I&D em percentagem do PIB

Ficha Metodológica		Indicador Nº 23	
Designação		Despesas em I&D em percentagem do PIB	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		4	1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Intensidade tecnológica	

Definição	-		
Referência	ORLVT 009010001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Total da despesa em I\&D} / \text{PIBpm}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2012		

Figura 24–Despesas em I&D em percentagem do PIB (%)



Meta 2020



Observações

A partir de 2008 os dados apresentados foram calculados com o ano base em vigor nas Contas Nacionais Portuguesas – 2006.

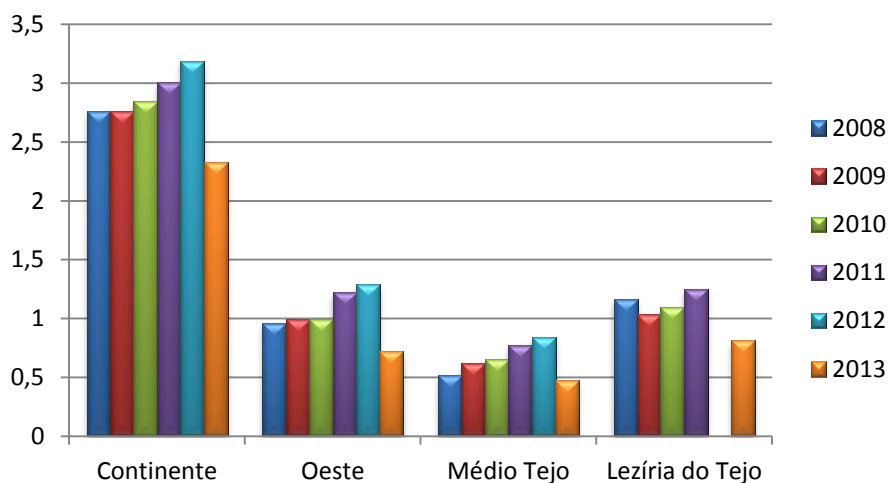
Em 2008 deu-se uma quebra na série decorrente do processo de articulação da informação do IPCTN com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior - REBIDES, passando a quantificar-se no Setor Ensino Superior a atividade de I&D desenvolvida pelos docentes não reportados pelos centros de I&D. Os dados relativos aos recursos humanos em I&D e à despesa em I&D, para 2010 e 2011, baseiam-se numa interpretação do conceito de investigador, diversa da interpretação nacional originalmente utilizada nos anos em apreço, pelo que foram alterados em outubro de 2014, de forma a aumentar a sua comparabilidade internacional bem como a comparabilidade com os restantes anos da mesma série temporal (iniciada em 2008).

24 – Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços

Ficha Metodológica		Indicador Nº 24	
Designação	Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 4	Eixos Estratégicos 1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Emprego em serviços intensivos em conhecimento	

Definição	-		
Referência	ORLVT 008020008		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Sistema de contas integradas das empresas		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	[Pessoal ao serviço em atividades correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3/ Pessoal ao serviço em serviços (Secções G a S, excluindo as secções K e O da CAE Rev. 3)] *100		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 25—Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços(%)



Meta 2020

1% acima do nacional



Observações

Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3.

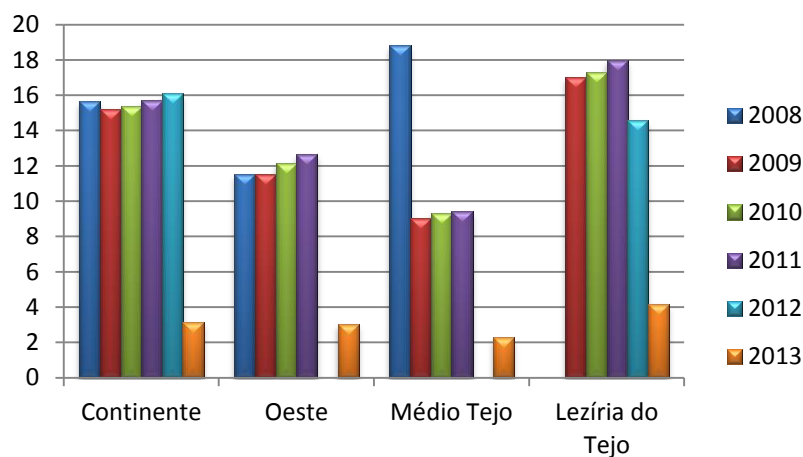
Estas são: atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música, atividades de rádio e televisão, telecomunicações, consultoria e programação informática e atividades relacionadas, atividades dos serviços de informação e atividades de investigação científica e desenvolvimento. O ano de 2013 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

25 – Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras

Ficha Metodológica		Indicador Nº 25	
Designação		Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 4	Eixos Estratégicos 1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Emprego em setores industriais d elevada tecnologia	

Definição	Conjunto de atividades económicas correspondentes às indústrias de alta tecnologia e às indústrias de média-alta tecnologia.		
Referência	ORLVT 008020007		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Sistema de contas integradas das empresas		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	[Pessoal ao serviço nas atividades correspondentes às divisões 20, 21, 26, 27, 28, 29 e aos grupos 254, 302, 303, 304, 309 e 325 da CAE Rev. 3/ Pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (CAE Rev. 3, Secção C)] *100		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 26—Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras(%)



Meta 2020

Igual ao nacional

Observações

Conjunto de atividades económicas correspondentes às indústrias de alta tecnologia (divisões 21 e 26 e grupo 303 da CAE Rev. 3). Nomeadamente: Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas, fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos e fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado.

Indústrias de média-alta tecnologia (divisões 20, 27, 28 e 29 e grupos 254, 302, 304, 309 e 325 da CAE Rev. 3), definido com base na classificação das atividades económicas de acordo com a intensidade tecnológica.

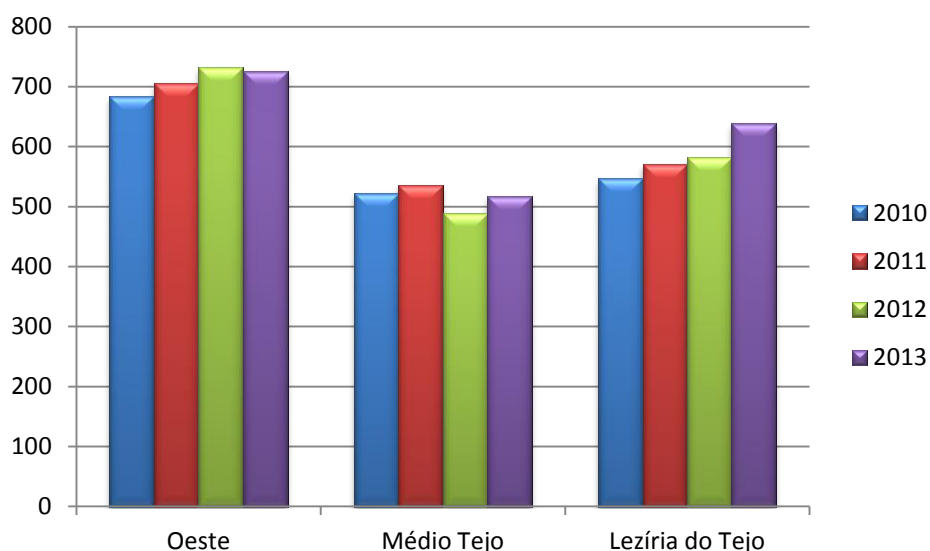
Estas são: Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos, fabricação de equipamento eléctrico, fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e., fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis, fabricação de armas e munições, fabricação de material circulante para caminho-de-ferro, fabricação de veículos militares de combate, fabricação de equipamento de transporte, n.e. e fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico. O ano de 2013 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertão.

26 –Evolução do emprego nas atividades do setor ambiental

Ficha Metodológica		Indicador Nº 26	
Designação			
Variação do emprego nas atividades do sector ambiental			
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	1 e 2
Fundamento do Indicador(o que mede)		Dinâmica de geração de emprego em e empresas do setor ambiental	

Definição	-		
Referência	ORLVT 008020010		
Fonte dos dados	Gabinete de Estratégia e Estudos/ Ministério da Economia, Quadros de pessoal		
Unidade de medida	Número (Nº)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 27–Evolução do emprego nas atividades do setor ambiental (Nº)



Meta 2020 ↗

Observações As profissões visadas encontram-se estruturadas segundo a CAE Rev.3.
Estas são: 37001; 37002; 38111; 38112; 38120; 38211;

38212; 38220; 38311; 38312; 38313; 38321; 38322; 39000; 46771; 46772; 46773; 81292.

Os códigos correspondem às seguintes profissões: recolha e drenagem de águas residuais, tratamento de águas residuais, recolha de resíduos inertes, recolha de outros resíduos não perigosos, recolha de resíduos perigosos, tratamento e eliminação de resíduos inertes, tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos, tratamento e eliminação de resíduos perigosos, desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida, desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, desmantelamento de outros equipamentos e bens em fim de vida, valorização de resíduos metálicos, valorização de resíduos não metálicos, descontaminação e atividades similares, comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos, comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos, comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e. e outras atividades de limpeza, n.e.

No corrente relatório de monitorização, optou-se por alterar a denominação do indicador “Variação do emprego nas atividades do sector ambiental” para “Evolução do emprego nas atividades do sector ambiental” devido à falta de clareza do método de cálculo dos valores anteriores e à mudança da fonte dos dados.

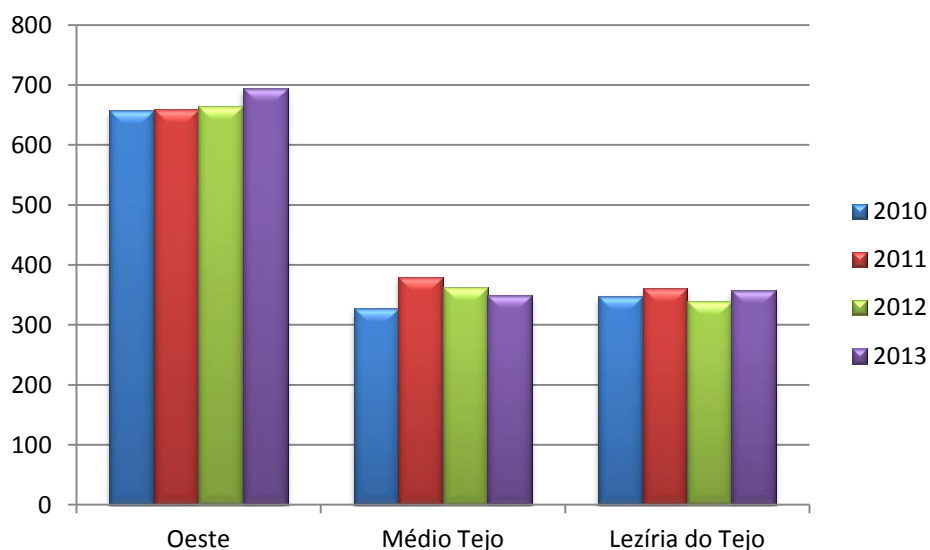
No corrente relatório de monitorização, optou-se por alterar a denominação do indicador “Variação do emprego nas atividades do sector ambiental” para “Evolução do emprego nas atividades do sector ambiental” devido à falta de clareza do método de cálculo dos valores anteriores e à mudança da fonte dos dados.

27 – Evolução do emprego nas atividades do setor cultural

Ficha Metodológica		Indicador Nº 27	
Designação		Variação do emprego nas atividades do sector cultural	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	1 e 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Dinâmica de geração de emprego em empresas do setor cultural	

Definição	-		
Referência	ORLVT 008020011		
Fonte dos dados	Gabinete de Estratégia e Estudos/ Ministério da Economia, Quadros de pessoal		
Unidade de medida	Número (Nº)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 28—Evolução do emprego nas atividades do sector cultural (Nº)



Meta 2020 ↗

Observações: As profissões visadas encontram-se estruturadas segundo a CAE Rev.3. Estas são: 55201; 55202; 55203; 55204; 55300; 55900;

77210; 78100; 79900; 85510; 85520; 90010; 90020; 90030; 90040; 91011; 91012; 91020; 91030; 91041; 91042; 92000; 93110; 93120; 93191; 93192; 93210; 93291; 93292; 93293; 93294.

Os códigos correspondem às seguintes profissões: alojamento mobilado para turistas, turismo no espaço rural, colónias e campos de férias, outros locais de alojamento de curta duração, outros locais de alojamento, aluguer de bens recreativos e desportivos, atividades das empresas de seleção e colocação de pessoal, outros serviços de reservas e atividades relacionadas, ensinos desportivo e recreativo, ensino de atividades culturais, atividades das artes do espetáculo, atividades de apoio às artes do espetáculo, criação artística e literária, exploração de salas de espetáculos e atividades conexas, atividades das bibliotecas, atividades dos arquivos, atividades dos museus, atividades dos sítios e monumentos históricos, atividades dos jardins zoológicos, botânicos e aquários, atividades dos parques e reservas naturais, lotarias e outros jogos de aposta, gesto de instalações desportivas, atividades dos clubes desportivos, organismos reguladores das atividades desportivas, outras atividades desportivas, n.e., atividades dos parques de diversão e temáticos, atividades tauromáquicas, atividades dos portos de recreio (marianas), organização de atividades de animação turística e outras atividades de diversão e recreativas.

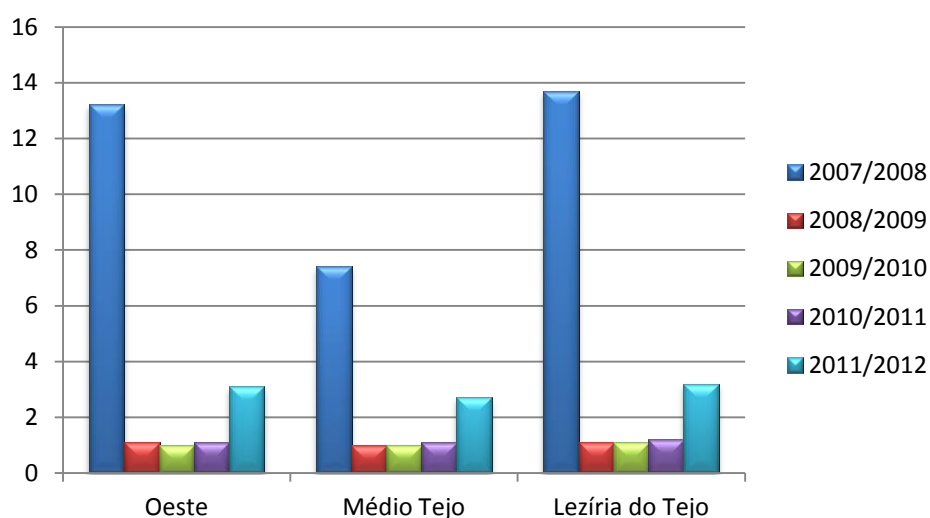
No corrente relatório de monitorização, optou-se por alterar a denominação do indicador “Variação do emprego nas atividades do sector cultural” para “Evolução do emprego nas atividades do sector cultural” devido à falta de clareza do método de cálculo dos valores anteriores e à mudança da fonte dos dados.

28 – Número médio de alunos no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet

Ficha Metodológica		Indicador Nº 28	
Designação	Número médio de alunos no 1º Ciclo básico por computador com ligação à internet		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Utilização das TIC na educação	

Definição	-		
Referência	ORLVT P02010001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Gabinete de estatística e planeamento da educação		
Unidade de medida	Número (nº)		
Fórmula de cálculo	Alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico/ Computadores com ligação à Internet nos estabelecimentos de ensino		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2011/2012		

Figura 29—Número médio de alunos no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet (nº)



Meta 2020

1

Observações

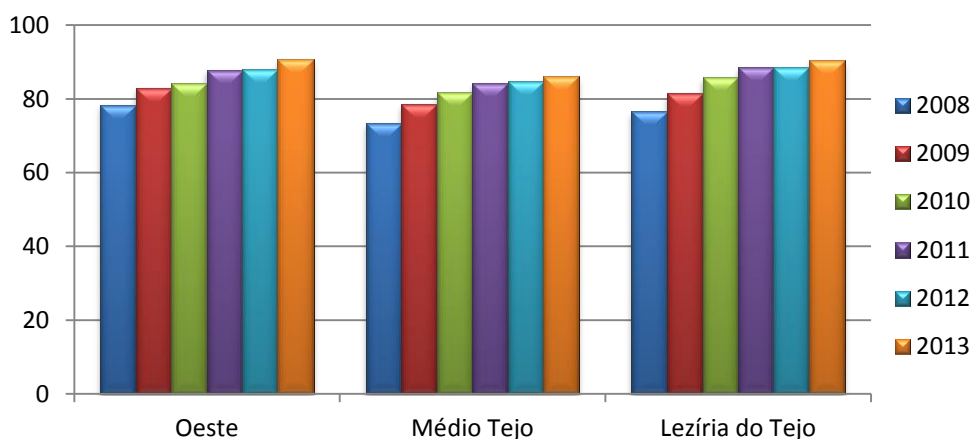
Na última atualização do indicador, de acordo com os dados do INE, passam a adotar-se os anos letivos.

29 – Proporção de declarações fiscais de IRS – Modelo 3 entregues *on-line*

Ficha Metodológica		Indicador Nº 29	
Designação	Proporção de declarações fiscais de IRS – Modelo 3 entregues <i>on-line</i>		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Utilização das TIC nos agregados familiares	

Definição	-		
Referência	ORLVT 008020007		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Autoridade tributária e aduaneira		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Número de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues on-line} / \text{Número de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 30—Proporção de declarações fiscais de IRS – Modelo 3 entregues *on-line* (%)



Meta 2020

100%

Observações

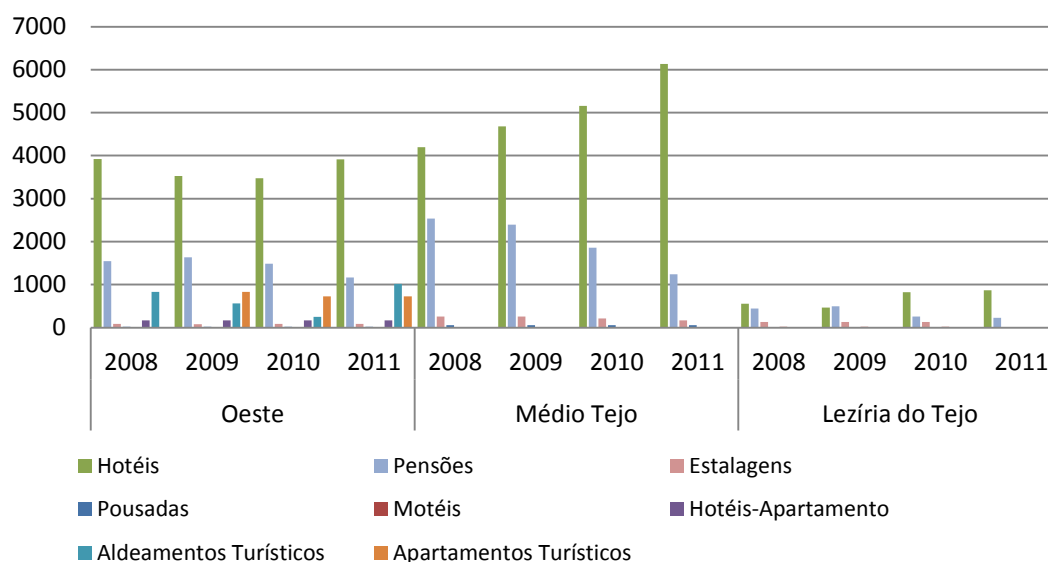
O ano de 2013 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

30 – Capacidade de alojamento turístico por tipologia

Ficha Metodológica		Indicador Nº 30	
Designação		Capacidade de alojamento turístico por tipologia	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 1e 6	Eixos Estratégicos 1 e 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Capacidade de alojamento turístico	

Definição	-		
Referência	ORLVT 010010001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria		
Unidade de medida	Número (nº)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2011		

Figura 31–Capacidade de alojamento turístico por tipologia (nº)



Meta 2020 N/A

Observações Para efeitos de representação, dá-se como último ano de dados disponível, o ano de 2011, já que a informação de 2012 e 2013 encontra-se ainda muito incompleta.

31 – Estada média por tipologia de alojamento

Ficha Metodológica		Indicador Nº 31	
Designação	Estada média por tipologia de alojamento		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1 e 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Permanência de turistas	

Definição	-		
Referência	ORLVT 010020001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria		
Unidade de medida	Número (nº/dias)		
Fórmula de cálculo	Número de dormidas/ Número de hóspedes que deram motivo a essas dormidas		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 32–Estada média nos estabelecimentos hoteleiros (nº/dias)

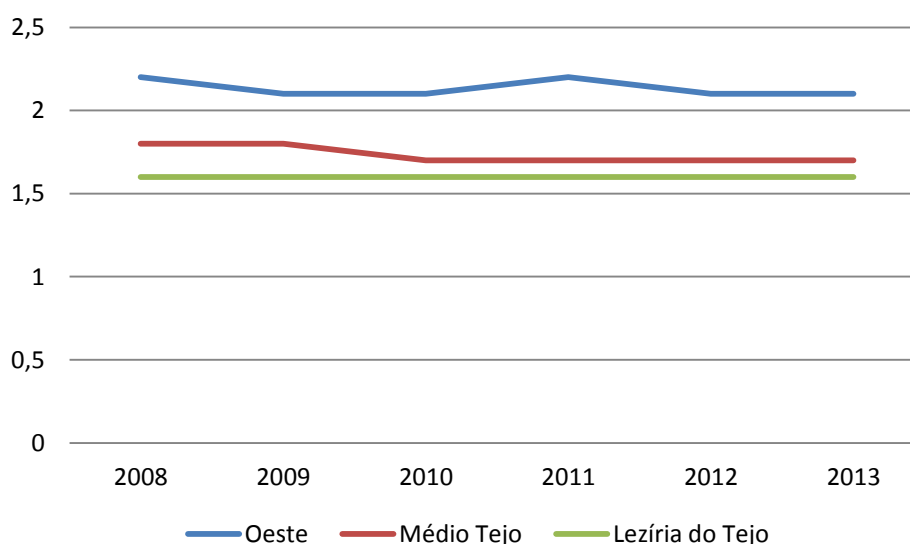


Figura 33 – Estada média emhotéis (nº/dias)

Unidade Territorial	Ano	Tipo (estabelecimento hoteleiro)								
		Total	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos
Oeste	2013	2,1	1,9	1,8			0			4,6
	2012	2,1	2	1,8			0	2,6		3,4
	2011	2,2	2	1,8			0	3,5		4
	2010	2,1	2	1,7			0	4,1		
	2009	2,1	2,1	1,7			0	3	3,3	3,9
Médio Tejo	2013	1,7	1,7	1,7			0		0	0
	2012	1,7	1,7				0	0	0	0
	2011	1,7	1,8	1,7			0	0	0	0
	2010	1,7	1,8		1,6		0	0	0	0
	2009	1,8	1,8	1,8			0	0	0	0
Lezíria do Tejo	2013	1,6	1,5		0	0		0	0	0
	2012	1,6	1,6		0	0		0	0	0
	2011	1,6	1,6		0	0		0	0	0
	2010	1,6	1,5	2,1		0		0	0	0
	2009	1,6	1,5			0		0	0	0

Meta 2020

↗

Observações

-

32 – Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento

Ficha Metodológica		Indicador Nº 32	
Designação		Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	1 e 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Ocupação do alojamento turístico	

Definição	-		
Referência	ORLVT 010020007		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$TOL (cama) = \frac{[N.º \text{ de dormidas durante o período de referência} / N.º \text{ de camas disponíveis no período de referência (considerando como duas camas as camas de casal)] * 100}$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 34–Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros (%)

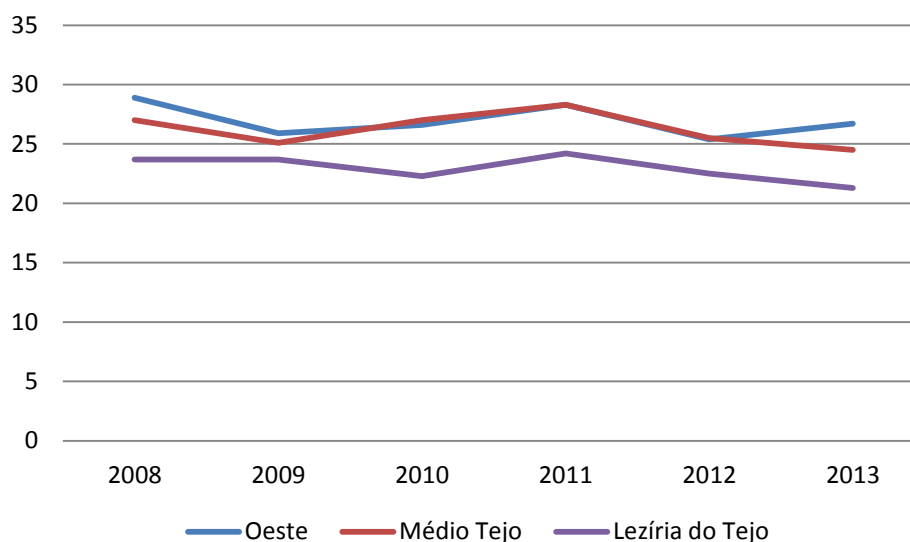


Figura 35– Taxa líquida de ocupação cama em hotéis (%)

Unidade Territorial	Ano	Tipo (estabelecimento hoteleiro)								
		Total	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos
Oeste	2013	26,7	31,1	21			0			26,5
	2012	25,4	31	16,9			0	8,3		25,6
	2011	28,3	34,4	17,5			0	11,8		26,7
	2010	26,6	32,6	17,3			0	12,5		
	2009	25,9	32,7	18,6			0	10,6	10,1	20,1
Médio Tejo	2013	24,5	25,1	17,9			0		0	0
	2012	25,5	26,1				0	0	0	0
	2011	28,3	29,5	22			0	0	0	0
	2010	27	29,1		33,1		0	0	0	0
	2009	25,1	26,6	21,4			0	0	0	0
Lezíria do Tejo	2013	21,3	23,2		0	0		0	0	0
	2012	22,5	24,3		0	0		0	0	0
	2011	24,2	25,7		0	0		0	0	0
	2010	22,3	22,7	22			0	0	0	0
	2009	23,7	25,9				0	0	0	0

Meta 2020

60%

Observações

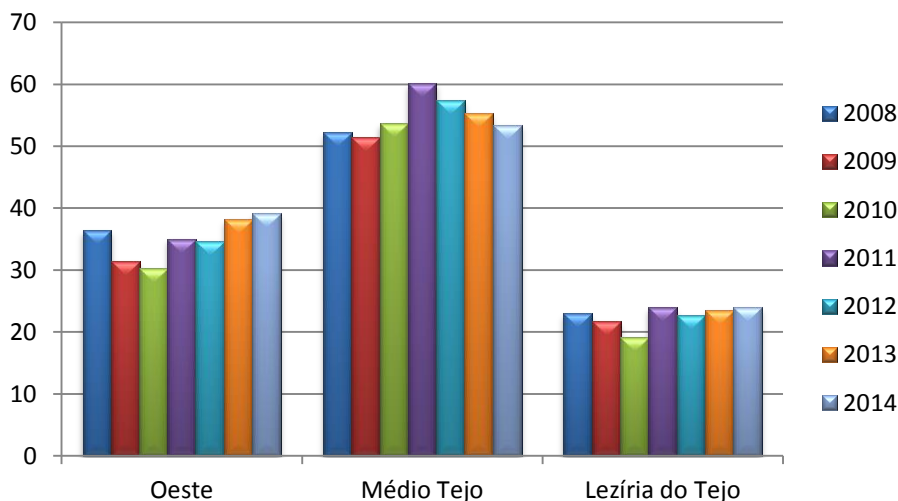
-

33 – Proporção de hóspedes estrangeiros

Ficha Metodológica		Indicador Nº 33	
Designação		Proporção de hóspedes estrangeiros	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1
Fundamento do Indicador (o que mede)		Internacionalização turística	

Definição	-		
Referência	ORLVT 010020006		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	(Número de hóspedes com residência habitual no estrangeiro/ Total de hóspedes) *100		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 36—Proporção de hóspedes estrangeiros (%)



Meta 2020 ↗

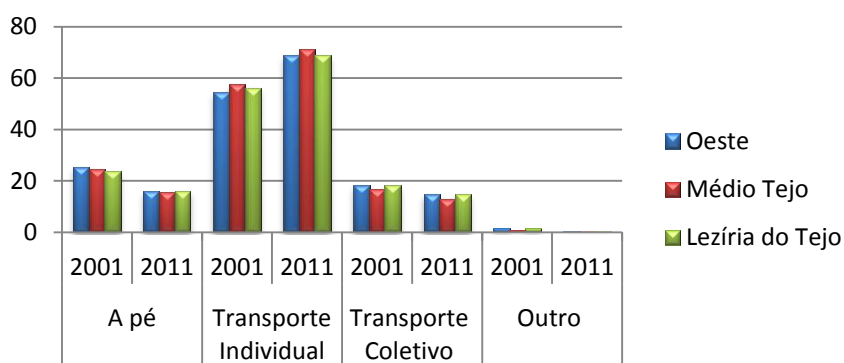
Observações Os valores integram, para além dos estabelecimentos hoteleiros, os do turismo no espaço rural e novas unidades de alojamento local.
O ano de 2014 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

34 – Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares

Ficha Metodológica		Indicador Nº 34	
Designação		Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		5	1 e 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Modo de transporte mais utilizado nas deslocações	

Definição	-		
Referência	ORLVT T12030006		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento da População e Habitação		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	População residente (empregada ou estudante) que vive a maior parte do ano no alojamento		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2011		

Figura 37—Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)



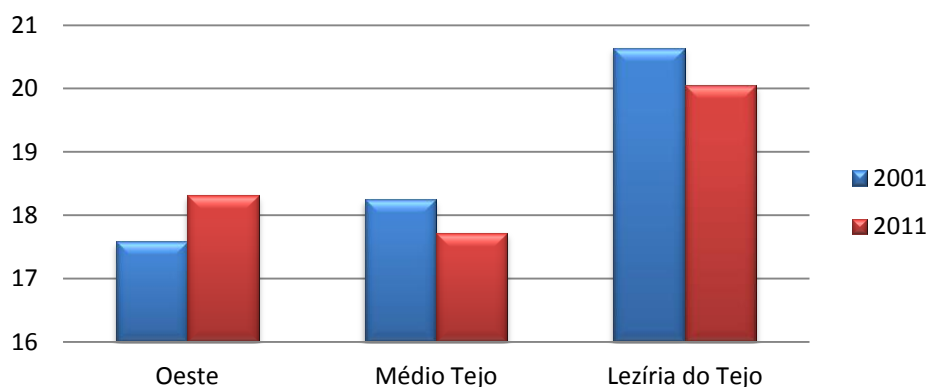
Meta 2020	TC ↗ TI ↘
Observações	Informação à data dos Censos 2011. Modos de transporte utilizados: a) Nenhum – vai a pé; b) Transporte coletivo (autocarro, eléctrico ou metropolitano, comboio, transporte coletivo da empresa ou da escola e barco); c) Transporte individual (automóvel ligeiro como condutor e como passageiro, motociclo e bicicleta); d) Outro modo.

35 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência

Ficha Metodológica		Indicador Nº 35	
Designação	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		5	1 e 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Mobilidade sub-regional e regional	

Definição	-		
Referência	ORLVT T12030008		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Censos, Séries históricas		
Unidade de medida	Minutos (min)		
Fórmula de cálculo	$\frac{[(\text{Total de indivíduos na classe } j * \text{ ponto médio da classe } j)]}{\text{População residente empregada ou estudante}}$ Classes consideradas (respetivo ponderador): Nenhum (0), Até 15 minutos (7,5); 16 a 30 minutos (23); 31 a 60 minutos (45,5) e Mais de uma hora (90)		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2011		

Figura 38–Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência (min)



Meta 2020 ↘

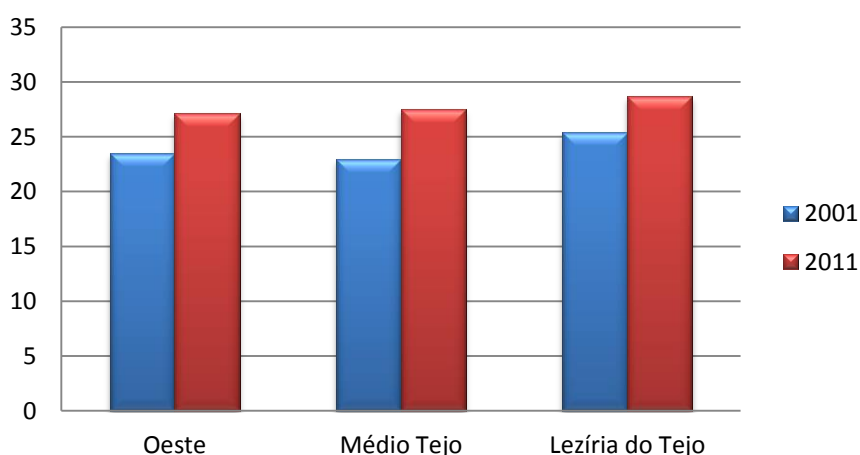
Observações: Informação à data dos Censos 2011. Indicador ajustado, já que o indicador produzido no âmbito dos Censos 2001, denominava-se “Duração dos movimentos pendulares por local de residência e escalão de duração”.

36 – Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município

Ficha Metodológica		Indicador Nº 36	
Designação	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	1 e 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Grau de dependência do exterior do município no emprego e educação	

Definição	-		
Referência	ORLVT T12030001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento da população e habitação		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{População residente que trabalha ou estuda noutro município} / \text{População residente empregada ou estudante}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2011		

Figura 39—Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)



Meta 2020

N/A

Observações

Informação à data dos Censos 2011.
Indicador decenal.

37 – Produtividade económica nas explorações agrícolas

Ficha Metodológica		Indicador Nº 37	
Designação		Produtividade económica nas explorações agrícolas	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	1 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Produtividade das explorações agrícolas	

Definição	-		
Referência	ORLVT 007030004		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento agrícola		
Unidade de medida	Euros (euros/UTA)		
Fórmula de cálculo	Valor Padrão Total (VPT) / Unidades de Trabalho Agrícola (UTA)		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2009		

Figura 40—Produtividade económica nas explorações agrícolas(euros/UTA)

Unidades territoriais	2009
Oeste	25668,11
Médio Tejo	12396,19
Lezíria do Tejo	35387,63

Meta 2020	N/D (devido à alteração ao método de cálculo anteriormente explicitada, será necessária a definição de novas metas, através da articulação com o setor)
Observações	Dados decenais do recenseamento agrícola de 2009, pelo que não existem dados posteriores ao ano do recenseamento.

38 – Produtividade económica dos Sistemas de Produção

Ficha Metodológica		Indicador Nº 38	
Designação		Produtividade económica dos Sistemas de Produção	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	1 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Produtividade dos sistemas de produção agrícolas	

Definição	-		
Referência	ORLVT 007010018		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento agrícola		
Unidade de medida	Euros (euros/SAU)		
Fórmula de cálculo	Valor Padrão Total (VPT) / Superfície Agrícola Utilizada (SAU)		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2009		

Figura 41—Produtividade económica dos Sistemas de Produção (euros/SAU)

Unidades territoriais	2009
Oeste	6473,17
Médio Tejo	2449,76
Lezíria do Tejo	2211,6

Meta 2020	N/D
Observações	<p>Recenseamento Agrícola Tendo em conta que a Lei 21/2010 de 23 de Agosto, que integra o concelho de Mação na NUTS III do Médio Tejo, ainda não tem repercussão no Sistema Estatístico Nacional (INE), o Sistema de Informação do Observatório de LVT apresenta os dados para Mação de forma isolada, não os contabilizando na NUTS III Médio Tejo nem NUTS II (2001) RLVT. Encontra-se em fase de avaliação na Comissão Europeia a alteração das NUTSIII, com entrada em vigor prevista para todos os Estados Membros a 1 de janeiro de 2015, pelo que só posteriormente a esta data o concelho de Mação passará a integrar, para efeitos estatísticos, a NUTS III Médio Tejo.</p>

39 – Frentes ribeirinhas valorizadas

Ficha Metodológica		Indicador Nº 39	
Designação	Frentes ribeirinhas valorizadas		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		-	2 e 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Recuperação e proteção das frentes ribeirinhas	

Definição	Km de Frente Ribeirinha abrangida pela intervenção Parcerias para a Regeneração urbana		
Referência	ORLVT T15050005		
Fonte dos dados	Programas Operacionais Regionais		
Unidade de medida	Quilómetros (km)		
Fórmula de cálculo	Km de Frente Ribeirinha abrangida pela intervenção PRU		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	-		
Último ano disponível	2011		

Figura 42–Frentes Ribeirinhas Valorizadas (Km)

Unidades territoriais	2011
Oeste	1,2
Médio Tejo	1,53
Lezíria do Tejo	0

Meta 2020 N/A

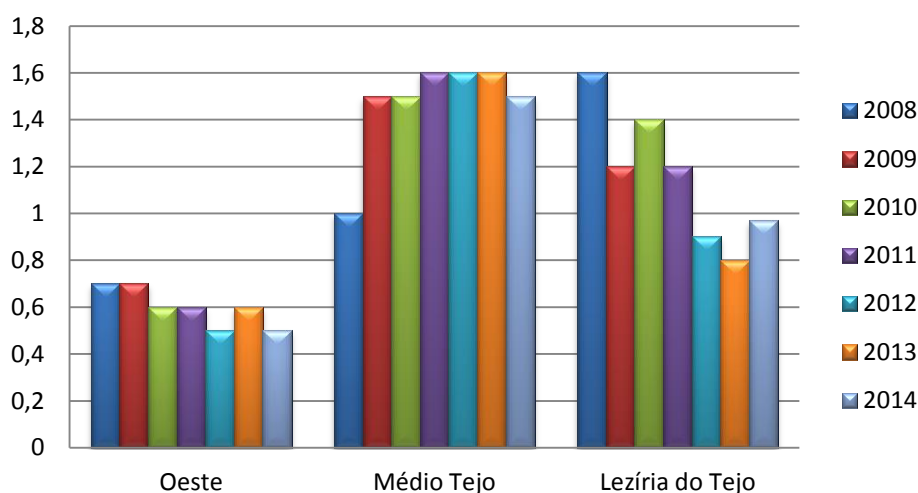
Observações Dados para 2011 - Atualizados em 2012/10/17. As PRU aqui reportadas são: Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes – Frente Ribeirinha e Centro Histórico de Peniche, no Oeste; o Programa Integrado de Valorização Urbana e de Tomar e a Operação individual de Vila Nova da Barquinha, no Médio Tejo.

40 – Consumo de combustível automóvel por habitante

Ficha Metodológica		Indicador Nº 40	
Designação	Consumo de combustível automóvel por habitante		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 2 e 5	Eixos Estratégicos 2 e 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Nível de monitorização/consumo energético automóvel	

Definição	-		
Referência	ORLVT T13010001		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Direcção-Geral de Energia e Geologia		
Unidade de medida	Tonelada equivalente de petróleo/ Habitante (tep/ hab.)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 43—Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)



Meta 2020 ↘

Observações O combustível automóvel inclui o gás auto, a gasolina aditivada, a gasolina sem chumbo 95, a gasolina sem chumbo 98 e o gasóleo rodoviário. O ano de 2014 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

41 – Estrutura Ecológica

Ficha Metodológica		Indicador Nº 41	
Designação	Estrutura Ecológica		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		7	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Proteção e valorização ambiental	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15080003		
Fonte dos dados	Câmaras Municipais /Comunidades Intermunicipais		
Unidade de medida	Hectares (ha)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	N/A		
Último ano disponível	2007		

Figura 44– Estrutura Ecológica (ha)

Unidades territoriais	2007
Oeste – Torres Vedras	0,11
Médio Tejo	N / D
Lezíria do Tejo	N / D

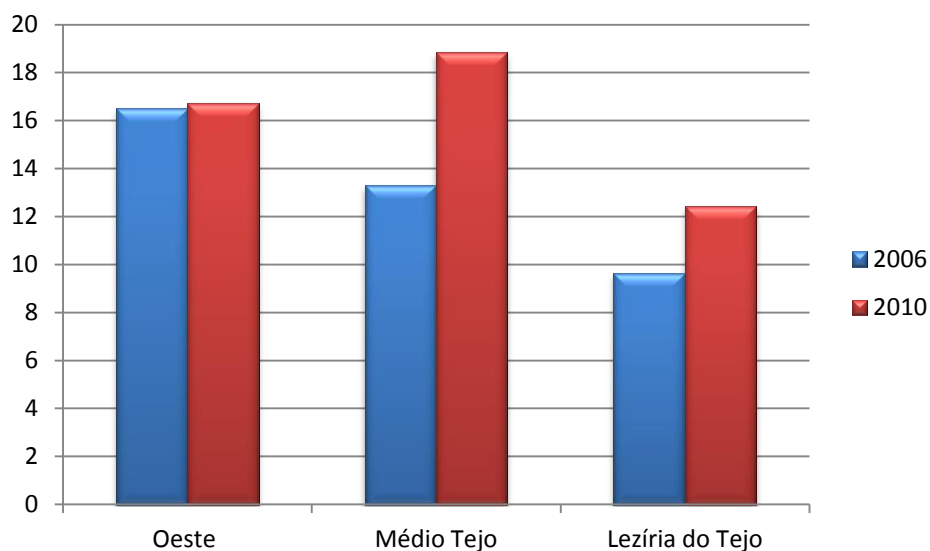
Meta 2020	N/A
Observações	A área da Estrutura Ecológica municipal advém dos PDM revistos. Como tal, os dados dizem respeito exclusivamente ao município de Torres Vedras.

42 – Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral

Ficha Metodológica		Indicador Nº 42	
Designação	Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 1 e 7	Eixos Estratégicos 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Edificação e impermeabilização	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15070007		
Fonte dos dados	CCDR LVT		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	N/A		
Último ano disponível	2010		

Figura 45—Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)



Meta 2020 Manutenção da área

Observações Em todos os indicadores que têm por base os padrões de ocupação do solo, o ano da situação de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo para a elaboração dos ortofotomapas

utilizados.

O método de cálculo deste indicador é o seguinte: Área edificada / Área total da orla costeira 500m*100; Área edificada / Área total da zona costeira 2km*100; Área edificada / Área total da faixa litoral 5km*100.

Para qualquer uma destas desagregações do indicador, foi considerado o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos padrões de ocupação do solo do PROT OVT (2006 e 2010).

Para o indicador referente à orla costeira foi considerada a superfície territorial compreendida entre a linha de costa (com base na CAOP 2012) e os 500 m.

Para o indicador referente à zona costeira foi considerada a superfície territorial compreendida entre os 500 m e os 2km.

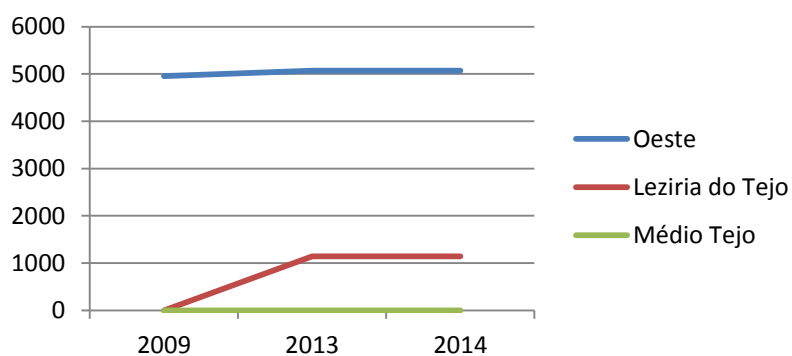
Para o indicador referente à faixa litoral foi considerada a superfície territorial compreendida entre os 2km e os 5km.

43 – Áreas protegidas regionais ou locais

Ficha Metodológica		Indicador Nº 43	
Designação		Áreas protegidas regionais ou locais	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 1 e3	Eixos Estratégicos 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Expansão das áreas de proteção ambiental	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	Câmaras Municipais / Comunidades Intermunicipais, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas		
Unidade de medida	Hectares (ha)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	✓	NUTS III
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 46—Áreas protegidas regionais ou locais (ha)



Meta 2020 ↗

Observações Este indicador foi calculado com base em informação remetida pelas Câmaras Municipais, complementada pela lista da Rede Nacional de Áreas Protegidas (ICNF). De sublinhar que são consideradas para este indicador apenas as áreas protegidas de âmbito local ou regional. Em 2009 foram consideradas o Paul da Tornada e a Serra do Montejunto. Em 2013e 2014 a juntar às anteriores, foram consideradas a Serra do Socorro e Archeira, o Açude da Agolada e Açude do Monte da Barca.

44 – Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco

Ficha Metodológica		Indicador Nº 44	
Designação		Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 3 e 7	Eixos Estratégicos 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Monitorização da edificação em áreas de risco	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	CCDR LVT		
Unidade de medida	Hectares (ha)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	N/A		
Último ano disponível	2010		

Figura 47–Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco (ha)

Tipologia de risco		
	2006	2010
Perigo de inundação por cheia rápida (km)	35,96	35,67
Litoral com perigosidade moderada e elevada (ha)	56,56	57,27
Instabilidade de vertentes (ha)	3249,34	3305,73

Meta 2020 Variação inferior ou igual a zero

Observa es Em todos os indicadores que têm por base os padrões de ocupa o do solo, o ano da situa o de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo para a elabora o dos ortofotomapas utilizados.

Optou-se por tratar neste indicador apenas três tipos de perigos cruzando-os com as áreas edificadas, na medida em que o PROT define normas de ocupa o do solo mais restritivas para estas áreas. Assim, este indicador foi desagregado em: cheia rápida (km); perigosidade litoral (ha) e instabilidade de vertentes (ha).

Para o cálculo da evolu o das áreas ocupadas por edifica o em áreas com perigo de inunda o por cheia rápida, foram consideradas as frentes, em km, de todas as

subclasses das áreas edificadas (constantes dos padrões de ocupação do solo do PROT OVT – 2006 e 2010) contíguas com as linhas de água classificadas no PROT com perigo de inundação por cheia rápida.

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com perigo elevado de instabilidade de vertentes foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos padrões de ocupação do solo do PROT OVT – 2006 e 2010; ii) as áreas consideradas com elevado perigo de instabilidade de vertentes pelo PROT OVT.

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com tipo de litoral com perigosidade moderada e elevada foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos padrões de ocupação do solo do PROT OVT – 2006 e 2010; ii) a área territorial compreendida no *buffer* de sensivelmente 200 metros, estimado para as áreas de costa com tipo de litoral arenoso ou rochoso com perigosidade moderada e elevada.

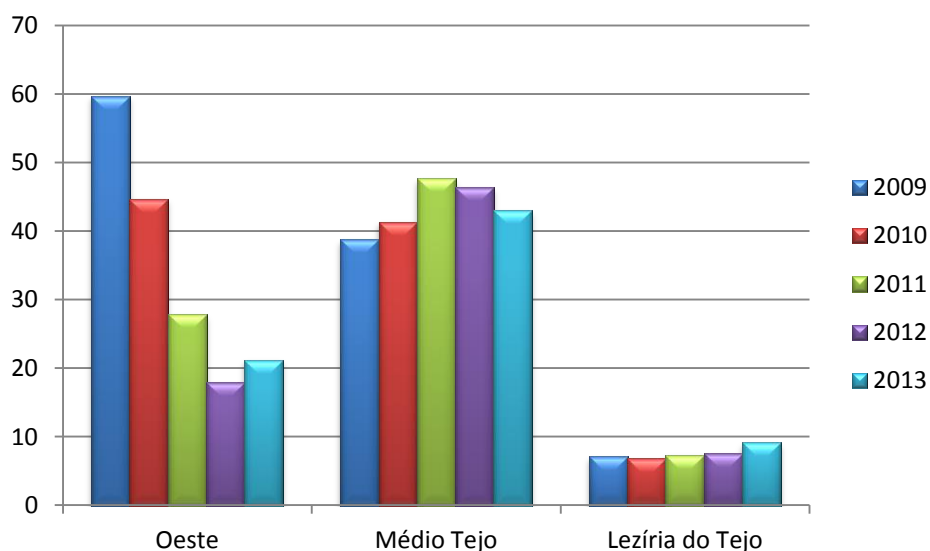
Nota: a análise de “risco” efetuada a partir do cruzamento das áreas edificadas com as áreas de perigo identificadas no PROT, constituiu um referencial meramente indicativo, na medida em que, tem por base uma identificação das ocorrências à escala regional e naturalmente, sem precisão de limites, e sem consideração de particularidades e especificidades que uma análise de risco efetivo não dispensa.

45 – Taxa de incorporação endógena

Ficha Metodológica		Indicador Nº 45	
Designação		Taxa de incorporação endógena	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 2 e 5	Eixos Estratégicos 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Saldo energético	

Definição	-		
Referência	ORLVT T13020005		
Fonte dos dados	Direção-Geral da Energia e Geologia		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Energia Total Produzida localmente a partir de recursos endógenos} / \text{energia total consumida (ambas expressas em energia primária)}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 48–Taxa de incorporação endógena (%)



Meta 2020 40%

Observações Os dados de 2012 para o consumo de energia das três sub-regiões foram corrigidos.
Os dados de 2013 são provisórios.

46 – Perdas reais de água

Ficha Metodológica		Indicador Nº 46	
Designação		Perdas reais de água	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Eficiência do sistema de abastecimento de água	

Definição	-
Referência	-
Fonte dos dados	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
Unidade de medida	Percentagem (%)
Fórmula de cálculo	-
Unidades de Análise	Concelho ✓ NUTS III
Periodicidade	Anual
Último ano disponível	2013

Figura 49—Perdas Reais de água para os sistemas de abastecimento de água em baixa e em alta

Localização geográfica	Entidade	2011	2012	2013
		Perdas reais(%)		
Águas para abastecimentos (Sistemas em Baixa)				
Alcobaça	SM Alcobaça	50-100%	50-100%	50 - 100%
Alenquer	Águas de Alenquer	0-5%	0-5%	0 - 5%
Arruda dos Vinhos	CM Arruda dos Vinhos	N/D	N/D	0 - 5%
Bombarral	CM de Bombarral	20-50%	0-5%	5 - 20%
Cadaval	CM de Cadaval	0-5%	0-5%	0 - 5%
Caldas da Rainha	SMAS de Caldas da Rainha	5-20%	5-20%	0 - 5%
Lourinhã	CM de Lourinhã	N/D	0-5%	0 - 5%
Nazaré	SM de Nazaré	0-5%	5-20%	5 - 20%
Óbidos	CM de Óbidos	5-20%	20-50%	20 - 50%
Peniche	SMAS de Peniche	0-5%	0-5%	0 - 5%
Sobral de Monte Agraço	CM de Sobral de Monte Agraço	50-100%	5-20%	5 - 20%
Torres Vedras	SMAS de Torres Vedras	0-5%	0-5%	0 - 5%
Abrantes	SM de Abrantes	N/D	5-20%	5 - 20%
Alcanena	Luságuas Alcanena	0-5%	0-5%	0 - 5%
Constância	CM de Constância	20-50%	5-20%	0 - 5%
Entroncamento	CM de Entroncamento	5-20%	50-100%	50 - 100%
Ferreira do Zézere	CM de Ferreira do Zézere	N/D	50-100%	50 - 100%

Ourém	Águas de Ourém	5-20%	5-20%	5 - 20%
Sardoal	CM de Sardoal	20-50%	N/D	N/D
Tomar	SMAS de Tomar	0-5%	0-5%	0 - 5%
Torres Novas	-	N/D	N/D	N/D
Vila Nova da Barquinha	CM de Vila Nova da Barquinha	5-20%	50-100%	0 - 5%
Almeirim	-	N/D	N/D	N/D
Alpiarça	-	N/D	N/D	N/N
Azambuja	Águas da Azambuja	50-100%	0-5%	0 - 5%
Benavente	-	N/D	N/D	N/D
Cartaxo	Cartágua	0-5%	0-5%	N/D
Chamusca	-	N/D	N/D	N/D
Coruche	-	N/D	N/D	N/D
Golegã	CM de Golegã	20-50%	N/D	N/D
Rio Maior	CM de Rio Maior	0-5%	5-20%	5 - 20%
Salvaterra de Magos	-	N/D	N/D	N/D
Santarém	Águas de Santarém	5-20%	5-20%	5 - 20%
Águas do Ribatejo		N/D	5-20%	5 - 20%
EPAL		0-5%	0-5%	0 - 5%
Águas para abastecimentos (Sistemas em Alta)				
Águas do Oeste		5-20%	5-20%	0 - 5%
Águas do Centro		0-5%	0-5%	0 - 5%
EPAL		0-5%	0-5%	0 - 5%

Meta 2020

< 5%

Observações

A partir de 2011 os dados divulgados pela ERSAR para as perdas reais de água passam a estar disponíveis em intervalo, pelo que se decidiu por forma a uniformizar a informação e dada a disponibilidade dos dados para a generalidade dos concelhos da região do Oeste e Vale do Tejo, contabilizar apenas os dados de 2011 e 2012.

Das empresas contabilizadas nos relatórios anteriores, a Águas do Ribatejo é a única empresa que opera exclusivamente com sistemas em baixa, servindo 7 municípios (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas).

No que toca à EPAL, esta afigura-se como a única entidade que opera com sistemas em baixa e em alta.

De acordo com os dados disponibilizados, no presente relatório, denomina-se o anterior indicador “Perdas de água”, de “Perdas reais de água”.

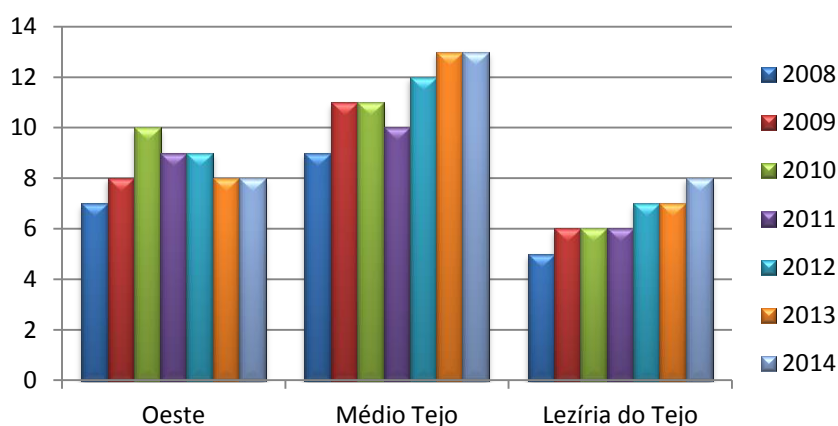
Dados disponíveis em: <http://www.ersar.pt/website/>

47 – Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente

Ficha Metodológica		Indicador Nº 47	
Designação		Proporção de resíduos recolhidos seletivamente	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		3	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Eficiência da recolha seletiva de RSU	

Definição	-		
Referência	ORLVT T14020003		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas dos resíduos municipais		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Resíduos urbanos recolhidos seletivamente} / \text{Resíduos urbanos recolhidos}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 50—Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)



Meta 2020



Observações

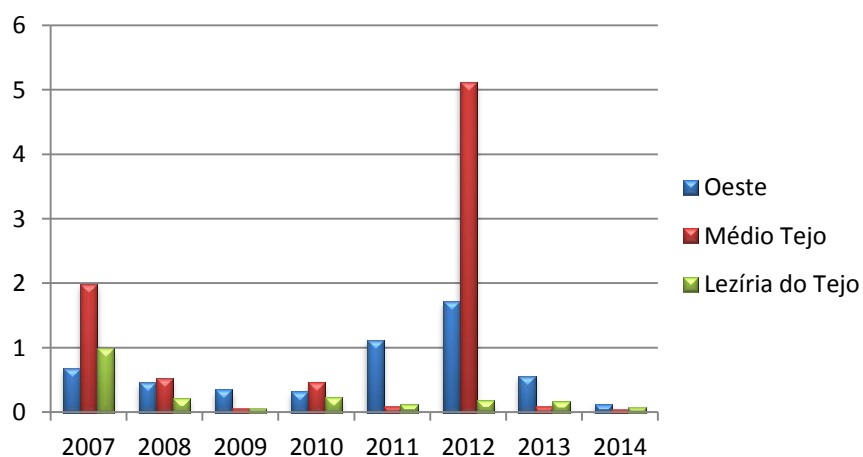
De 2007 em diante, dados disponibilizados pelo Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU). Os valores de 2009 em diante foram retificados na última atualização do indicador. O ano de 2014 tem pose as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertão.

48 – Taxa de superfície florestal ardida

Ficha Metodológica		Indicador Nº 48	
Designação		Taxa de superfície florestal ardida	
Tipologia de Indicador	Indicador de resultado	FCD 1 e3	Eixos Estratégicos 2 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Superfície florestal ardida	

Definição	-		
Referência	ORLVT T14040001		
Fonte dos dados	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 51–Taxa de superfície florestal ardida (%)



Meta 2020 < área registada em 2007



Observações

Dados de 2013 provisórios.

Foi alterado o ano de referência de 2008 para 2007 e respetivos valores, na medida em que a meta estava definida tendo por base o ano de 2007. O ano de 2014 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertão.



49 – Taxa de abandono agrícola

Ficha Metodológica		Indicador Nº 49	
Designação	Taxa de abandono agrícola		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 1e 6	Eixos Estratégicos 2 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Abandono da atividade agrícola	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15030018		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento agrícola		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU)/ Superfície Agrícola (SA)* 100		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2009		

Figura 52–Taxa de abandono agrícola (%)

Unidades territoriais	2009
Oeste	2,92
Médio Tejo	2,54
Lezíria do Tejo	2,5

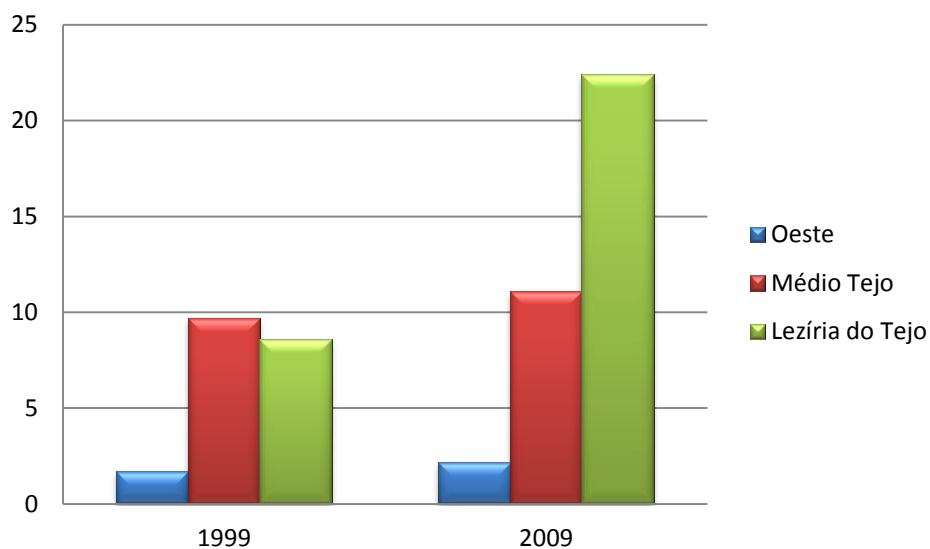
Meta 2020	1,9
Observações	Dados decenais referentes ao Recenseamento Agrícola de 2009, pelo que não existe informação posterior e mais atual.

50 – Grau de Extensificação Agrícola

Ficha Metodológica		Indicador Nº 50	
Designação		Grau de Extensificação Agrícola	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1 e3	2 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Extensificação agrícola	

Definição	-			
Referência	ORLVT T15030019			
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento agrícola			
Unidade de medida	Porcentagem (%)			
Fórmula de cálculo	Ver explicitação no campo Observações			
Unidades de Análise	Concelho	✓	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal			
Último ano disponível	2009			

Figura 53–Grau de extensificação agrícola (%)



Meta 2020 Redução do GEA

Observações Este indicador suscitou dúvidas na sua interpretação, designadamente face à meta definida no PROT OVT, na medida em que:

- O indicador tinha a seguinte fórmula de cálculo:
Superfície Agrícola (SA) – (área culturas permanentes + área culturas temporárias + área prados e pastagens permanentes melhorados) /SA*100

- No PROT OVT foi definida uma meta para 2020 de 27.9
- Nos trabalhos de monitorização, solicitou-se informação ao INE para o cálculo deste indicador para o ano de 2009. Os valores obtidos e apresentados no 2º Relatório de Monitorização (2012) são: Oeste – 85.2, Médio Tejo – 76.9, Lezíria do Tejo – 68.9

Face ao exposto colocaram-se dúvidas quanto à interpretação do indicador, bem como dos resultados obtidos face à meta definida para 2020. Deste modo, com o apoio da equipa responsável pela elaboração do PROT OVT, no domínio da Agricultura e Florestas, foi necessário clarificar o método de cálculo do indicador e ajustar os valores em conformidade.

O indicador tem agora a seguinte expressão:

$$GEA = \frac{SAU - (STA + SHF + SCP + SPPMS)}{SAU} \times 100$$

Em que:

- SAL – superfície agrícola utilizada
- STA – superfície com terras aráveis (culturas temporárias e pousios)
- SHF superfície com hortas familiares
- Superfície com culturas permanentes (pomares, vinha e olival)
- SPPMS – superfície com prados e pastagens permanentes melhorados e semeados

Assim sendo, o numerador desta expressão corresponde às superfícies com prados e pastagens permanentes pobres (SPPP). A meta foi ajustada em conformidade.

Últimos dados disponíveis de 2009, indicador de atualização decenal (recenseamento agrícola 2009).

51 – Modos de produção sustentáveis

Ficha Metodológica		Indicador Nº 51	
Designação		Modos de produção sustentáveis	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1, 3 e 6	2 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Qualidade e certificação ambiental da produção agrícola e florestal	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural		
Unidade de medida	Número (nº)		
Fórmula de cálculo	Ver explicitação no campo Observações		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 54—Evolução do número de operadores em Modo de Produção Biológico, por tipologia de operador (nº)

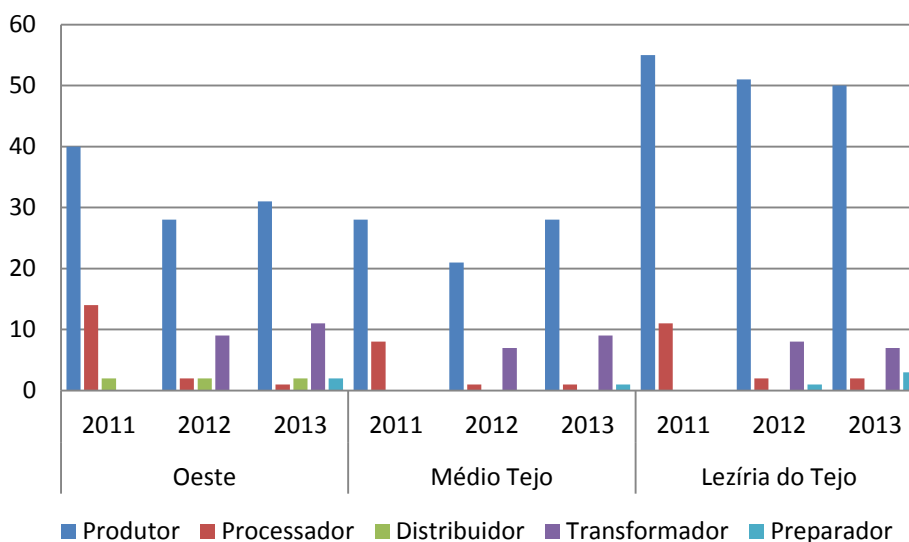


Figura 55 – Evolução do número de operadores em Produção Integrada (nº)

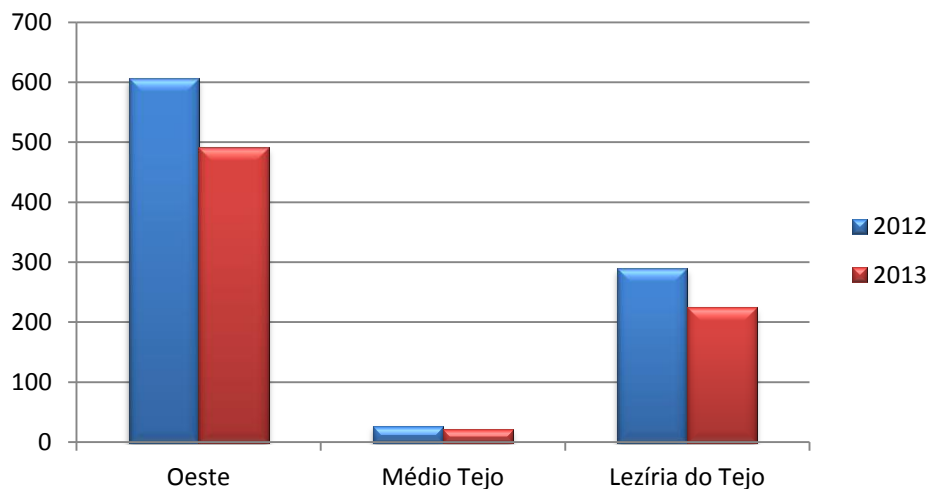
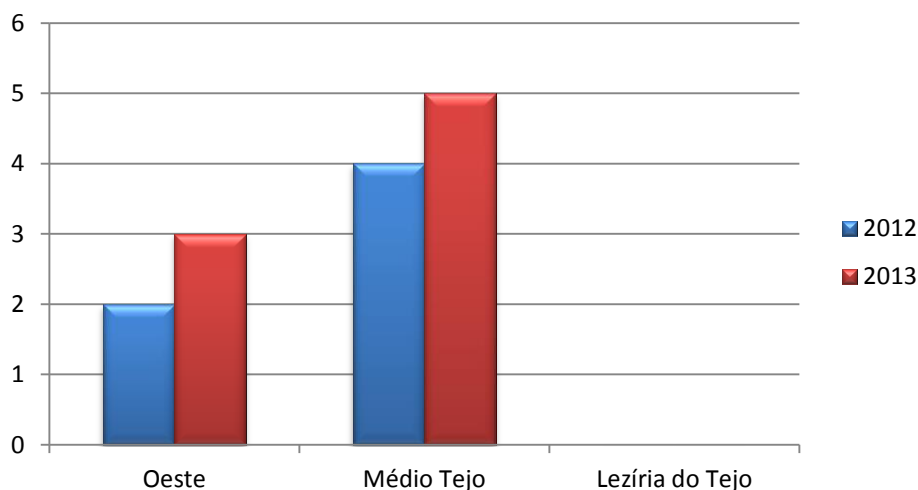


Figura 56 – Evolução do número de produtores de vinho em Modo de Produção Biológico (nº)



Meta 2020

↗

Observações

Informação fornecida pela DGADR, consultada em: <http://www.dgadr.mamaot.pt/val-qual/prod-int>
 Para os operadores em Modo de Produção Biológico (MPB), Produção Integrada e de vinho em Modo de Produção Biológico (MPB), foi feita a pesquisa dos operadores, para os anos disponíveis, consoante a morada fornecida na informação da DGADR. Os operadores em MPB foram contabilizados segundo a sua tipologia de atividade, sendo que um mesmo operador apenas é contabilizado uma vez, independentemente da variedade de produtos com os quais se prenda a sua atividade. Por outro lado, um operador que desenvolva mais que uma tipologia de atividade (como produtor e processador), é contabilizado uma vez para cada tipologia.

52 – Dinâmica de reabilitação urbana

Ficha Metodológica		Indicador Nº 52	
Designação		Dinâmica de reabilitação urbana	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Reabilitação urbana	

Definição	-
Referência	-
Fonte dos dados	Portal da Habitação e Câmaras Municipais
Unidade de medida	Número (nº)
Fórmula de cálculo	Ver explicitação no campo Observações
Unidades de Análise	Concelho ✓ NUTS III ✓
Periodicidade	Anual
Último ano disponível	2015

Figura 57—Áreas de Reabilitação Urbana (nº) por ano

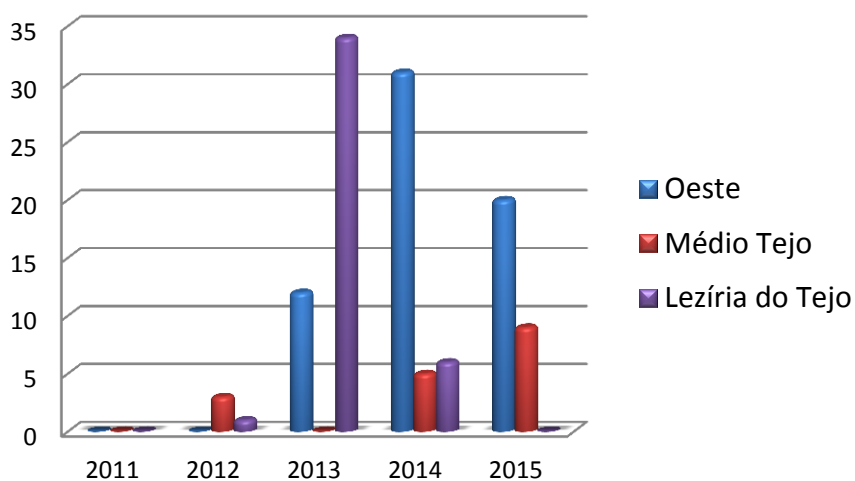
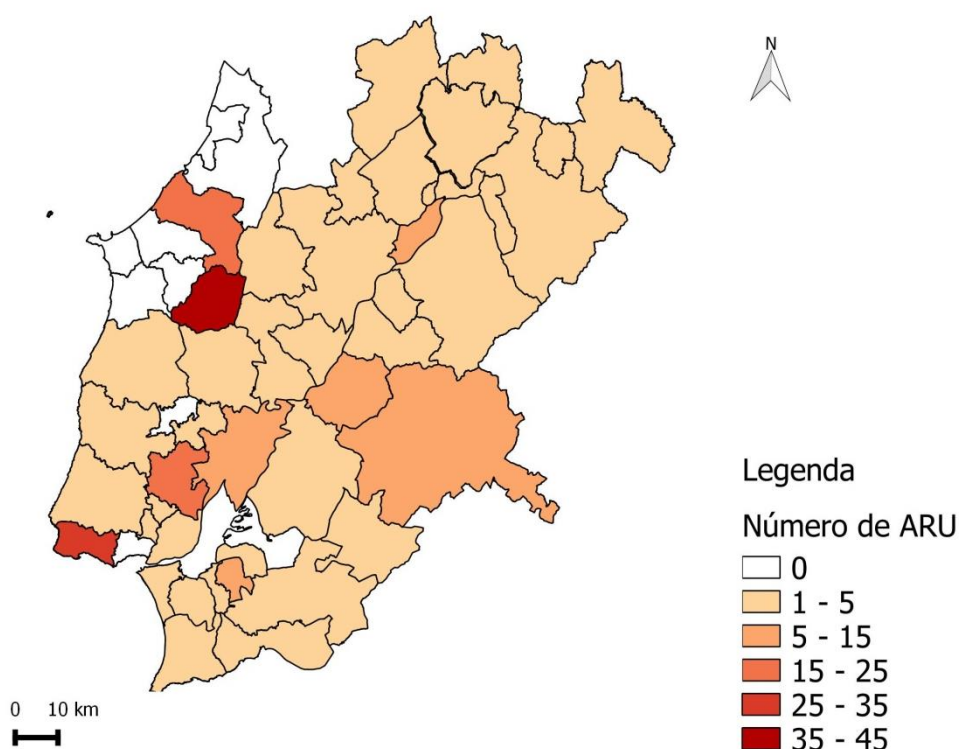


Figura 58–Sociedades de Reabilitação Urbana (nº) por ano

Sociedades de Reabilitação Urbana	2013	2014	2015
Oeste	0	0	0
Médio Tejo	1	1	1
Lezíria do Tejo	1	1	1

Figura 59–Áreas de Reabilitação Urbana por Concelho – dez 2015 (nº)



Fonte: Diário da República (2011 - 2015)

Elaboração: CCDR LVT

Meta 2020



Observações

Este indicador tem por base a informação referente às ARU publicadas em Diário da República, cuja informação poderá ainda não estar atualizada no Portal da habitação. Foram apenas consideradas as áreas de reabilitação urbana aprovadas, com procedimento concluído. Foram utilizados os conceitos referidos no Portal da Habitação. (Disponível em

<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/index.html>)

Área de Reabilitação Urbana – área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos

edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.

Sociedade de Reabilitação Urbana – entidade especialmente encarregue da operacionalização de ações de reabilitação ou de renovação de uma área previamente delimitada, como meio de maximizar a captação de investimento e a mobilização dos privados.

Operação de Reabilitação Urbana- correspondente à estruturação concreta das intervenções a efetuar no interior da repetiva área de reabilitação urbana.

Os municípios podem optar pela realização de uma operação de reabilitação urbana: a) Simples; ou b) Sistemática.

A **operação de reabilitação urbana simples** consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigindo - se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução. A **operação de reabilitação urbana** sistemática consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.

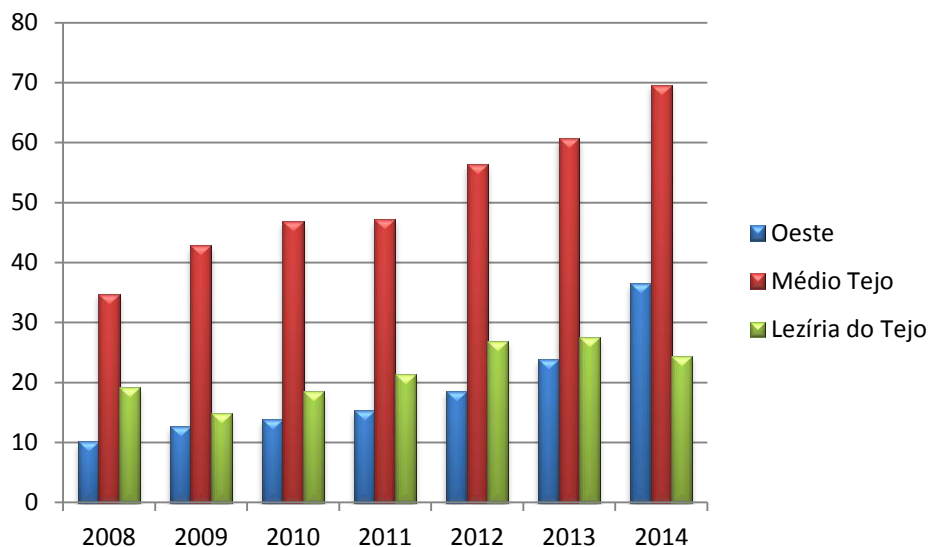
Optou-se por rejeitar os dados do período de referência de 2009 (utilizado em Relatórios anteriores), pois têm por base a informação do INE, que considera como ARU uma "Área territorialmente delimitada, caracterizada pela degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamento social, áreas livres e espaço público". A informação entre 2011 e 2015, tem como fonte o Portal da Habitação e os sites das CM sendo que apenas são consideradas as ARU publicadas em Diário da República.

53 – Dinâmica de reabilitação do edificado

Ficha Metodológica		Indicador Nº 53	
Designação		Dinâmica de reabilitação do edificado	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 1 e 7	Eixos Estratégicos 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Reabilitação urbana	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15050007		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas das obras concluídas		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Fogos licenciados para alteração, ampliação e reconstrução}) / \text{fogos licenciados para habitação nova} * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 60–Dinâmica de reabilitação do edificado- Fogos licenciados para alteração, ampliação e reconstrução) /fogos licenciados para habitação nova (%)



Meta 2020 ↗

Observações: Número de licenças para reabilitação do edificado (ampliações, alterações e reconstruções) / total de novas licenças de construção, foi alterado para “Fogos licenciados

para reabilitação por 100 fogos licenciados para construção nova” – o método de cálculo é: Fogos licenciados para alteração, ampliação e reconstrução/fogos licenciados para habitação nova*100.

Os totais dos municípios poderão não corresponder à soma das respetivas freguesias visto esta informação não ser de preenchimento obrigatório.

O total de fogos inclui fogos de tipologia não identificada pelo que o total pode não corresponder à soma das parcelas.

Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas para os anos de 2012 e 2013.

54 – Serviços de transporte coletivo urbano

Ficha Metodológica		Indicador Nº 54	
Designação		Serviços de transporte coletivo urbano	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 5	Eixos Estratégicos 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Mobilidade urbana	

Definição	-
Referência	-
Fonte dos dados	Câmaras Municipais / Comunidades Intermunicipais
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula de cálculo	(Localidades com mais de 5000 habitantes (censos 2011) servidas por sistemas de transporte coletivo urbano / localidades com mais de 5000 habitantes) x 100
Unidades de Análise	Concelho ✓ NUTS III ✓
Periodicidade	Anual
Último ano disponível	

Figura 61—Porcentagem de localidades com mais de 5000 habitantes com sistema de Transporte Coletivo (%)

Unidade territorial	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	Número de localidades com mais de 5000 habitantes		Sistemas de TC Urbano em localidades com mais de 5000 habitantes		% de localidades com mais de 5000 habitantes com sistema de TC	
Oeste	-	9	-	6	-	66,67
Médio Tejo	6	6	2	4	33,33	66,67
Lezíria do Tejo	11	11	3	4	27,27	36,36

Meta 2020 ↗

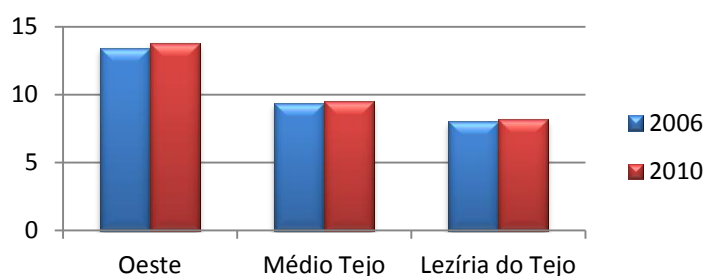
Observações O cálculo deste indicador foi apurado com base na informação das Câmaras Municipais, recolhida pelas Comunidades Intermunicipais. Não foi possível calcular o indicador em 2013 para o Oeste, por falta de informação. Neste cálculo não são considerados o transporte escolar ou o transporte inter-regional.

55 – Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência

Ficha Metodológica		Indicador Nº 55	
Designação	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 1 e 7	Eixos Estratégicos 3 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Expressão territorial das áreas edificadas	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15070006		
Fonte dos dados	CCDR LVT		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	Ver explicitação no campo Observações		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	N/A		
Último ano disponível	2010		

Figura 62—Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)



Meta 2020 N/A

Observações

Em todos os indicadores que têm por base os padrões de ocupação do solo, o ano da situação de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo para a elaboração dos ortofotomapas utilizados.

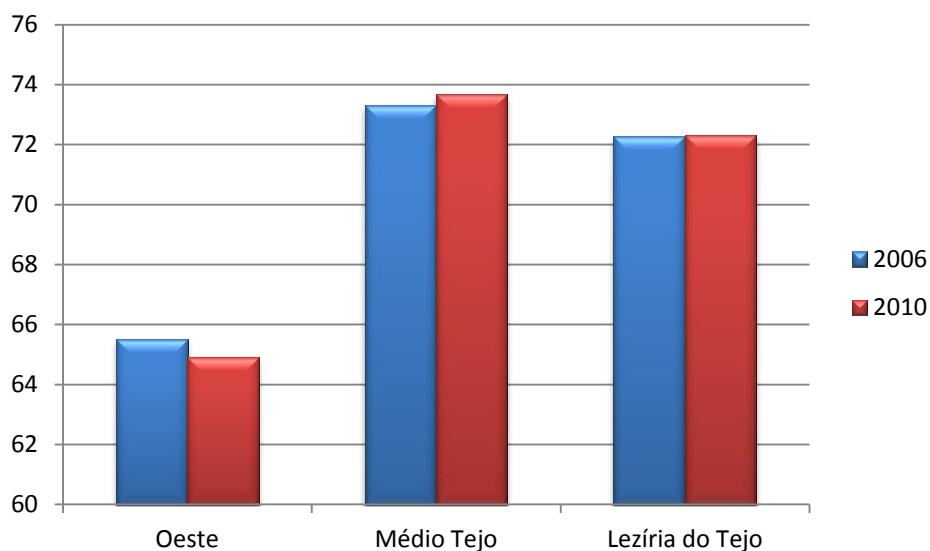
Para o cálculo deste indicador foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos padrões de ocupação do solo do PROT OVT – 2006 e 2010; ii) a superfície territorial de cada NUTS III (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo), tendo por referência a CAOP 2012.

56 – Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas

Ficha Metodológica		Indicador Nº 56	
Designação		Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1 e 7	3 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Dispersão do edificado	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15070005		
Fonte dos dados	CCDR LVT		
Unidade de medida	Percentagem (%)		
Fórmula de cálculo	Ver explicitação no campo Observações		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	N/A		
Último ano disponível	2010		

Figura 63—Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)



Meta 2020 < 70%

Observações Em todos os indicadores que têm por base os padrões de ocupação do solo, o ano da situação de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo para a elaboração dos ortofotomapas

utilizados.

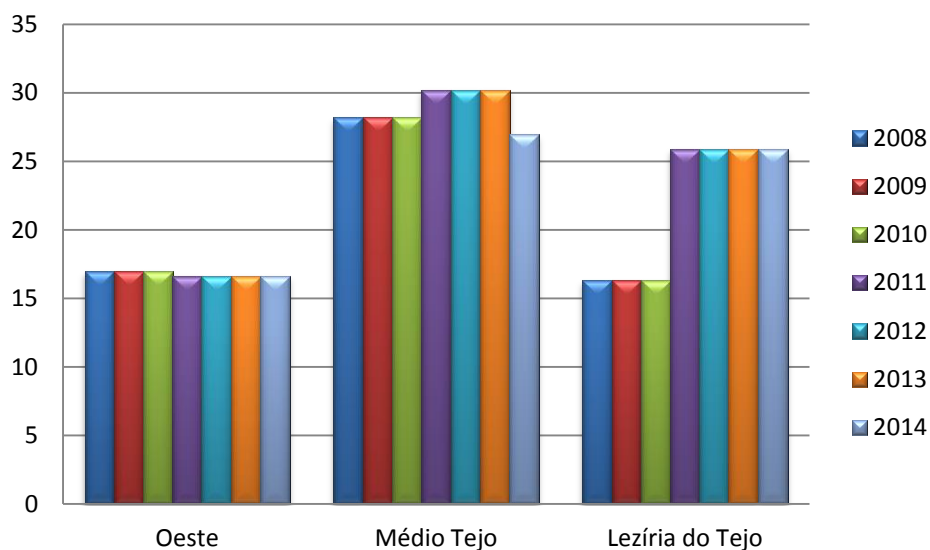
Para o cálculo deste indicador foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos padrões de ocupação do solo do PROT OVT – 2006 e 2010; ii) o somatório das áreas edificadas dispersas de tipo 1, 2 e 3 e das áreas edificadas lineares contínuas e descontínuas (subclassas das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo). A meta foi alterada pois 6% é o total das áreas dispersas pela totalidade do território do Oeste e Vale do Tejo.

57 – Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes

Ficha Metodológica		Indicador Nº 57	
Designação	Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 7	Eixos Estratégicos 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		População urbana (aglomerados com mais de 10 mil hab.)	

Definição	Relação percentual entre a população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes e a população residente.		
Referência	ORLVT T15030002		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 64—Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes (%)



Meta 2020

N/A

Observações

Nos relatórios de monitorização anteriores o indicador denominava-se “População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes”. Altera-se a denominação dado que o INE já não possui informação relativa ao anterior indicador.

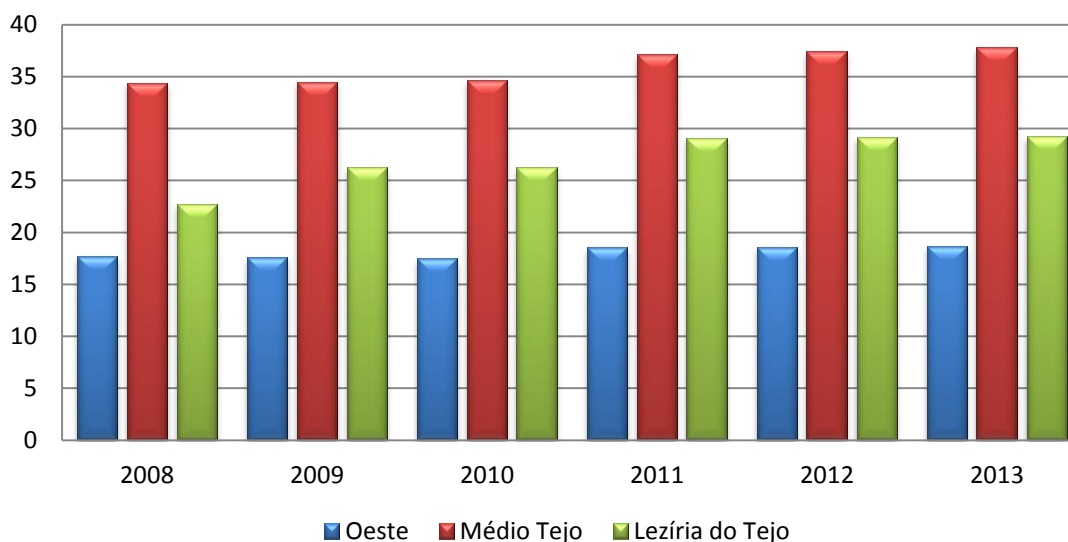
Para o período 2001-2010, a população residente por cidade baseia-se nos dados definitivos dos Censos de 2001; a partir de 2011, a população residente por cidade baseia-se nos dados definitivos dos Censos de 2011. Assim, as alterações nos valores de população nas cidades em anos que não os censitários refletem apenas a criação de novas cidades. O ano de 2014 tem por base as NUTS. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

58 – Proporção da população residente em cidades

Ficha Metodológica		Indicador Nº 58	
Designação			
Proporção da população residente em cidades			
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		6 e 7	3 e 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		População residente em cidades	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15030020		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{População residente em cidades} / \text{População residente}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 65—Proporção da população residente em cidades (%)



Meta 2020 N/A

Observações Para o período 2001-2010, a população residente por cidade baseia-se nos dados definitivos dos Censos de 2001; a partir de 2011, a população residente por cidade baseia-se nos

dados definitivos dos Censos de 2011 e a classificação territorial utilizada reflete as alterações ocorridas no território dos municípios na sequência da reorganização administrativa do território das freguesias, nomeadamente as decorrentes da Lei n.º 61/2012 de 5 de dezembro e das leis n.º 56/2012 de 8 de novembro e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, ambas com efeitos a partir de 30 de setembro de 2013. Assim, as alterações nos valores de população nas cidades em anos que não os censitários refletem apenas a criação de novas cidades.

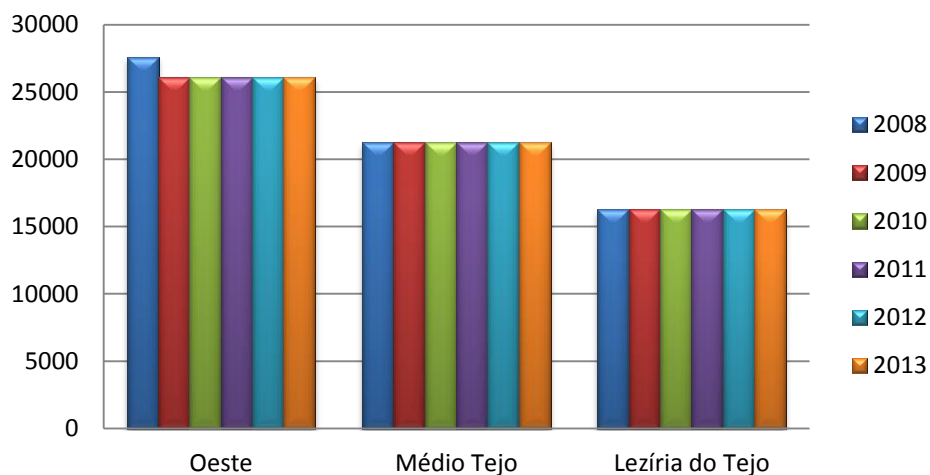
Segundo o INE, é considerada como cidade, um aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espetáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos; parques ou jardins públicos.

59 –Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT

Ficha Metodológica		Indicador Nº 59	
Designação		Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1, 6 e 7	3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Evolução dos perímetros urbanos	

Definição	-		
Referência	T 15030014		
Fonte dos dados	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano		
Unidade de medida	Hectares (ha)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 66–Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT (ha)



Meta 2020 ↘

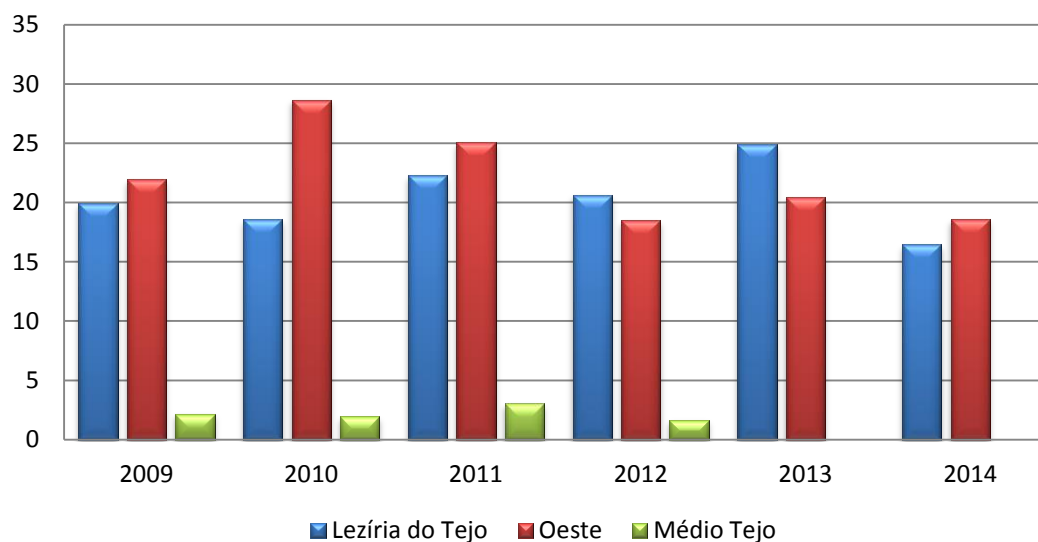
Observações Foi alterado o indicador de “área destinada a usos de solo urbano” para “Superfície de uso de Solo Urbano Identificada nos PMOT”, uma vez que não existia informação disponível para a primeira referência, enquanto que para este último existe informação disponível no Sistema de Informação do Observatório da Região de Lisboa e Vale do Tejo (SIORLVT).

60 – Construção de habitação em solo rural

Ficha Metodológica		Indicador Nº 60	
Designação	Construção de habitação em solo rural		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 6 e 7	Eixos Estratégicos 4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Construção isolada	

Definição	-
Referência	-
Fonte dos dados	Câmaras Municipais / Comunidades Intermunicipais
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula de cálculo	$(N.º \text{ de novos fogos em solo rural} / n.º \text{ total de novos fogos}) \times 100$
Unidades de Análise	Concelho ✓ NUTS III ✓
Periodicidade	Anual
Último ano disponível	2014

Figura 67—Porcentagem do número de novos fogos em solo rural no total de novos fogos (%)



Meta 2020 ↘

Observações Não obstante os esforços desenvolvidos para a recolha de dados, a informação disponível para o Oeste e Médio Tejo, por ser bastante incompleta (dos 23 municípios, 12 não remeteram informação), não permite ainda aferir a

representatividade do indicador na sub-região.

Para o cálculo do indicador relativo à sub-região do Oeste, não foram contabilizados, por ausência de dados, os municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Caldas da Rainha, Nazaré e Torres Vedras. Na sub-região do Médio Tejo, apenas foram contabilizados os municípios de Abrantes, Constância, Entroncamento, Ourém e Sardoal, dada a ausência de informação para os restantes municípios. Abrantes apenas disponibilizou dados para 2013. Para o ano de 2014, para além dos municípios referidos foi contabilizado também o município de Ferreira do Zêzere.

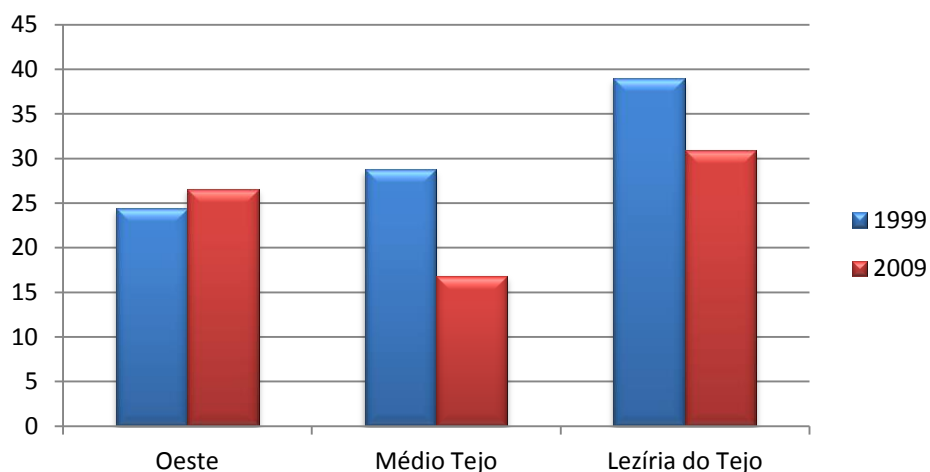
Os dados de 2009 para a sub-região da Lezíria do Tejo, foram revistos na informação recentemente cedida pela CIMLT.

61 – Superfície irrigável

Ficha Metodológica		Indicador Nº 61	
Designação	Superfície irrigável		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		2	4
Fundamento do Indicador (o que mede)		Regadio	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15030021		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento agrícola		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2009		

Figura 68–Superfície irrigável (%)



Meta 2020 27,9

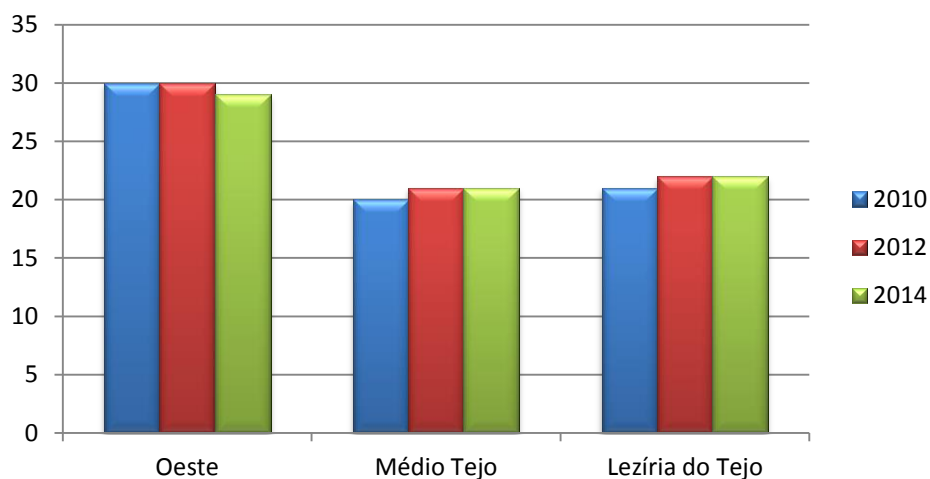
Observações Dados do recenseamento agrícola de 2009 (últimos dados disponíveis), informação decenal.
No 3º Relatório de Monitorização foi alterada a designação do indicador de “Infraestrutura de regadio” para “superfície irrigável” por sugestão da DGADR na reunião de 07/03/2013.

62 – Património imóvel classificado como monumento nacional

Ficha Metodológica		Indicador Nº 62	
Designação	Património imóvel classificado como monumento nacional		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1	-
Fundamento do Indicador (o que mede)		Valorização patrimonial	

Definição	-			
Referência	ORLVT T16020001			
Fonte dos dados	Direção-Geral do Património Cultural			
Unidade de medida	Número (nº)			
Fórmula de cálculo	-			
Unidades de Análise	Concelho	✓	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual			
Último ano disponível	2014			

Figura 69—Património imóvel classificado como monumento nacional (nº)



Meta 2020 ↗

Observações: Dados recolhidos através do inventário da Direção-Geral do Património Cultural para o património cultural – classificado como monumento nacional, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/>

63 – Emissões de GEE *per capita*

Ficha Metodológica		Indicador Nº 63	
Designação		Emissões de GEE <i>per capita</i>	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		2, 3 e 5	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Evolução Emissões GEE	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	Agência Portuguesa do Ambiente		
Unidade de medida	Tonelada por habitante ao ano (tonelada/habitante)		
Fórmula de cálculo	Total das emissões por concelho (tonelada/km ²) para as NUTS III (somatório das emissões de CO ₂ , CH ₄ e N ₂ O para os vários setores por concelho). Para aferir a quantidade em toneladas das emissões de GEE à extensão total de cada concelho (total das emissões por concelho (tonelada/km ²) * extensão territorial). De seguida para obter a quantidade em toneladas das emissões de GEE para as NUTS III (somatório do total de emissões de GEE à extensão total de cada concelho em toneladas). Finalmente para obter as emissões <i>per capita</i> das várias NUTS III (valor obtido no passo anterior/ número de residentes)		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2009		

Figura 70—Emissões de GEE *per capita* (quilo tonelada/ habitante)

Unidades territoriais	2009
Oeste	15,48
Médio Tejo	18,56
Lezíria do Tejo	4,67

Meta 2020 ↘

Observações

O cálculo do indicador teve por base a informação relativa às emissões segundo o setor e o concelho, proveniente da Agência Portuguesa do Ambiente.

São contabilizados apenas os principais gases responsáveis pelos GEE (CO₂, CH₄ e N₂O).

No âmbito da CLRTAP, Portugal apresenta as suas emissões de forma espacializada segundo uma grelha de 50x50 km (grelha EMEP). Uma vez que no contexto nacional de gestão de emissões, este detalhe pode revelar-se insuficiente, procede-se posteriormente a uma desagregação das emissões mais pormenorizada, ao nível de concelho.

64 – Emissões de GEE por setor

Ficha Metodológica		Indicador Nº 64	
Designação	Emissões de GEE por setor		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 2, 3 e 5	Eixos Estratégicos 2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Evolução Emissões GEE	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	Agência Portuguesa do Ambiente		
Unidade de medida	Tonelada (toneladas/km ²)		
Fórmula de cálculo	Total das emissões (tonelada/km ²) para as NUTS III (somatório das emissões de CO ₂ , CH ₄ e N ₂ O para os vários sectores por concelho).		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2009		

Figura 71–Emissões de GEE por setor (toneladas/km²)

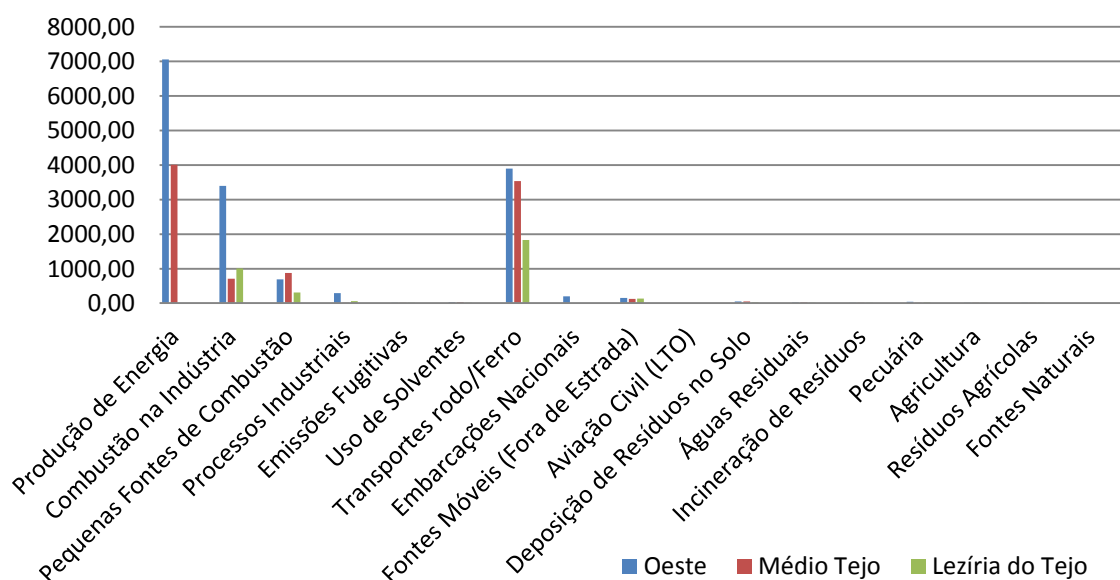
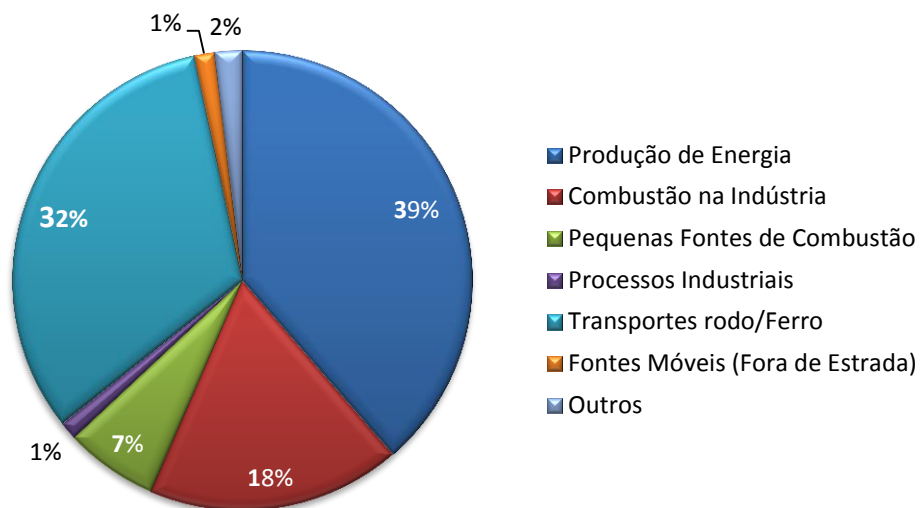


Figura 72– Emissões de GEE dos setores mais representativos na região OVT (toneladas/km²)



Meta 2020



Observações

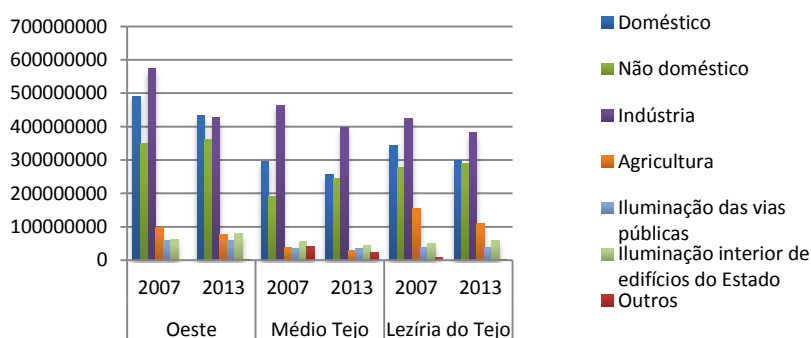
Dados disponíveis, somente até ao ano de 2009 (suspensão por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, do indicador desagregado ao nível municipal). No âmbito da CLRTAP, Portugal apresenta as suas emissões de forma espacializada segundo uma grelha de 50x50 km (grelha EMEP). Uma vez que no contexto nacional de gestão de emissões, este detalhe pode revelar-se insuficiente, procede-se posteriormente a uma desagregação das emissões mais pormenorizada, ao nível de concelho.

65 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo

Ficha Metodológica		Indicador Nº 65	
Designação		Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		2	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Tipo de consumo de energia elétrica	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Direção-Geral da Energia e Geologia		
Unidade de medida	Quilowatt hora (kWh)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 73—Consumo de energia elétrica por localização geográfica e tipo de consumo (kWh)



Meta 2020

↘

Observações

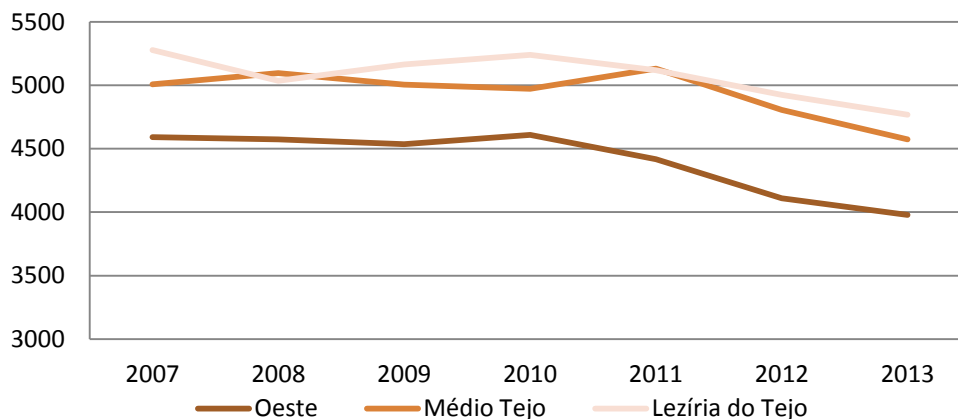
Os dados referentes a 2013 são provisórios.
 “Não doméstico” não inclui consumos sem identificação da localização geográfica.
 Por forma a monitorizar o cumprimento das metas definidas no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – 2016, relativas à redução de consumo de energia (tep) por setor, ponderar adicionar o Indicador “Consumo final de energia (tep) por tipo de fonte de energia e setor de atividade económica”. Essa opção implica solicitar informação desagregada junto da DGEG.

66 – Consumo de energia elétrica por habitante

Ficha Metodológica		Indicador Nº 66	
Designação		Consumo de energia elétrica por habitante	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		2	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Consumo energia por habitante	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Direção-Geral da Energia e Geologia		
Unidade de medida	Quilowatt hora/ Habitante (kWh/ hab.)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 74—Consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)



Meta 2020 ↘

Observações

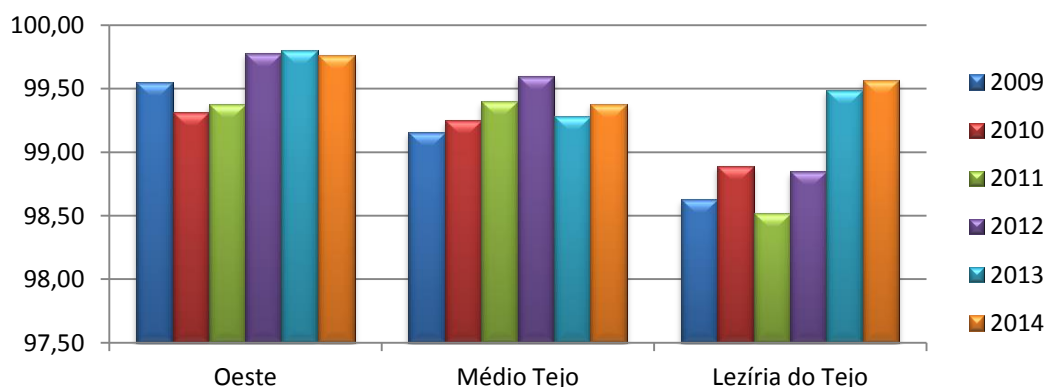
Dados de 2013 provisórios.
Indicador atualizado no presente relatório de monitorização.
Dados revistos em função das séries Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010 e das Estimativas Provisórias de População Residente 2011. O ano de 2013 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

67 – Qualidade da água para consumo humano

Ficha Metodológica		Indicador Nº 67	
Designação		Qualidade da água para consumo humano	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		3	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Qualidade da água	

Definição	-
Referência	-
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
Unidade de medida	Percentagem (%)
Fórmula de cálculo	A "Qualidade da água para consumo humano", dada pela percentagem de água controlada e de boa qualidade (água segura), corresponde ao produto da percentagem de análises realizadas pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos, no ano civil.
Unidades de Análise	Concelho NUTS III ✓
Periodicidade	Anual
Último ano disponível	2014

Figura 75—Qualidade da água para consumo humano (%)



Meta 2020 ↗

Observações Tendo em conta que o cálculo do indicador é realizado com base na informação por zonas de abastecimento, o respetivo indicador por NUTS III ou NUTS II não pode ser produzido pela simples soma ou agregação de dados por municípios, pois resultaria numa duplicação e sobrevalorização dos resultados, uma vez que



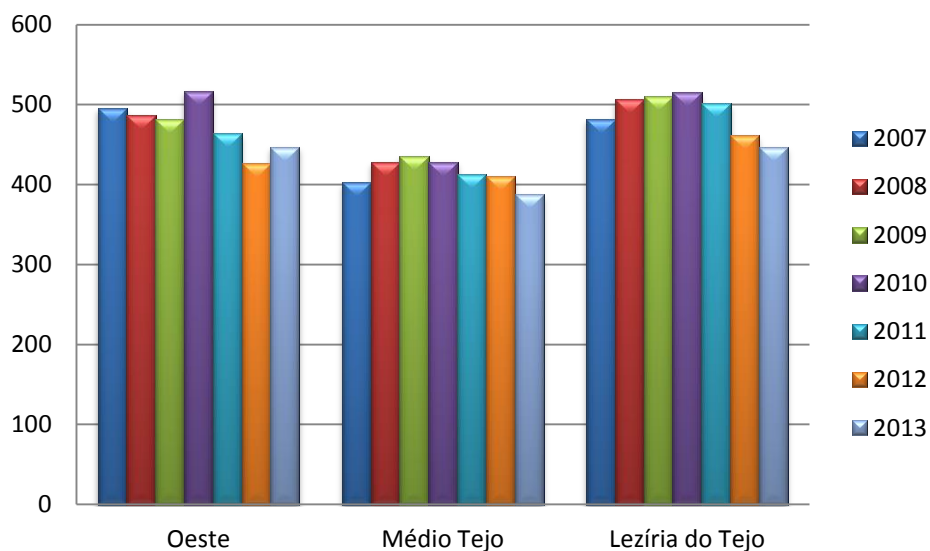
determinadas zonas de abastecimento se sobrepõe por dois ou mais municípios.
O indicador no INE é denominado de “Água segura (%)”.

68 – Resíduos urbanos recolhidos por habitante

Ficha Metodológica		Indicador Nº 68	
Resíduos urbanos recolhidos por habitante			
Designação			
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		3	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Capitação de Resíduos	

Definição	-		
Referência	ORLVT T14020004		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas dos resíduos municipais		
Unidade de medida	Quilograma/ Habitante (kg/ hab.)		
Fórmula de cálculo	Resíduos urbanos recolhidos/ População média anual residente		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2013		

Figura 76—Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)



Meta 2020 ↘

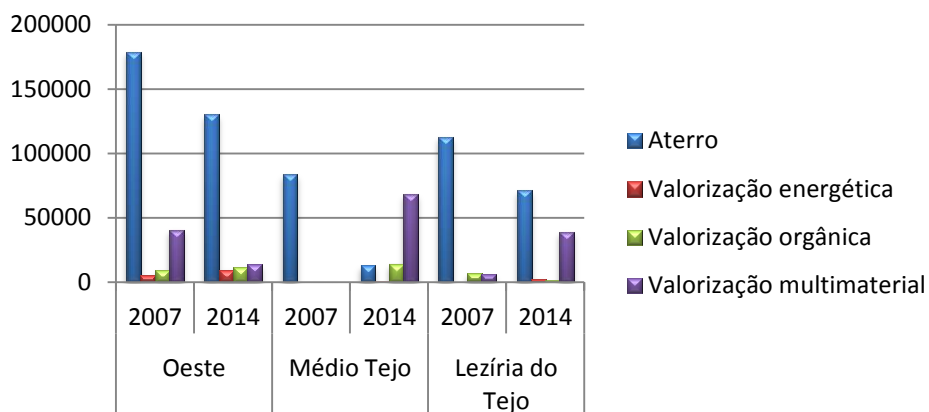
Observações: Dados anteriores a 2013 foram retificados. De 2007 em diante, dados disponibilizados pelo Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU).

69 – Resíduos urbanos recolhidos por tipo de destino

Ficha Metodológica		Indicador Nº 69	
Designação		Resíduos urbanos recolhidos por tipo de destino	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		3	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Resíduos por tipo de destino	

Definição	-		
Referência	-		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas dos resíduos municipais		
Unidade de medida	Tonelada (t)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 77–Resíduos urbanos recolhidos por tipo de destino (t)



Meta 2020 N/A

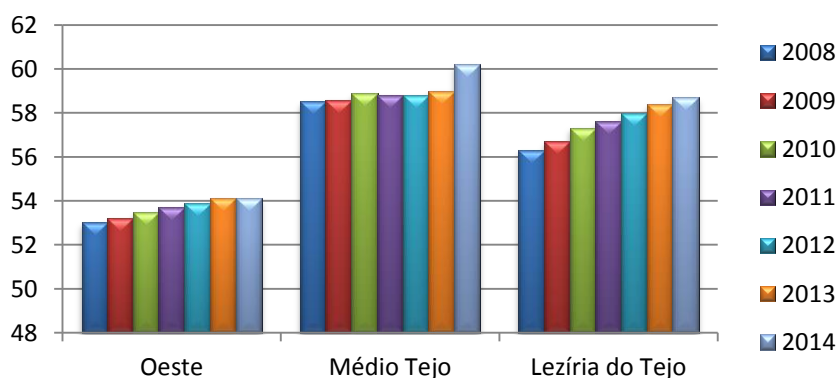
Observações De 2007 em diante, dados disponibilizados pelo Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU). As tipologias de destino são: a) Aterro, b) Valorização energética, c) Valorização orgânica, d) Valorização multimaterial. O ano de 2014 tem por base as NUTS. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

70 – Índice de dependência total

Ficha Metodológica		Indicador Nº 70	
Designação	Índice de dependência total		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		4	-
Fundamento do Indicador (o que mede)			

Definição	Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa		
Referência	ORLVT P00020008		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Estimativas anuais da população residente		
Unidade de medida	Número (nº)		
Fórmula de cálculo	$IDT = \frac{P(0, 14) + P(65, +)}{P(15, 64)} * 10^n$ <p> $P(0, 14)$ = População residente com idade entre 0 e 14 anos. $P(65, +)$ = População residente com 65 e mais anos de idade. $P(15, 64)$ = População residente com idade entre 15 e 64 anos. $n=2$ </p>		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2014		

Figura 78—Índice de dependência total (nº)



Meta 2020 ↘

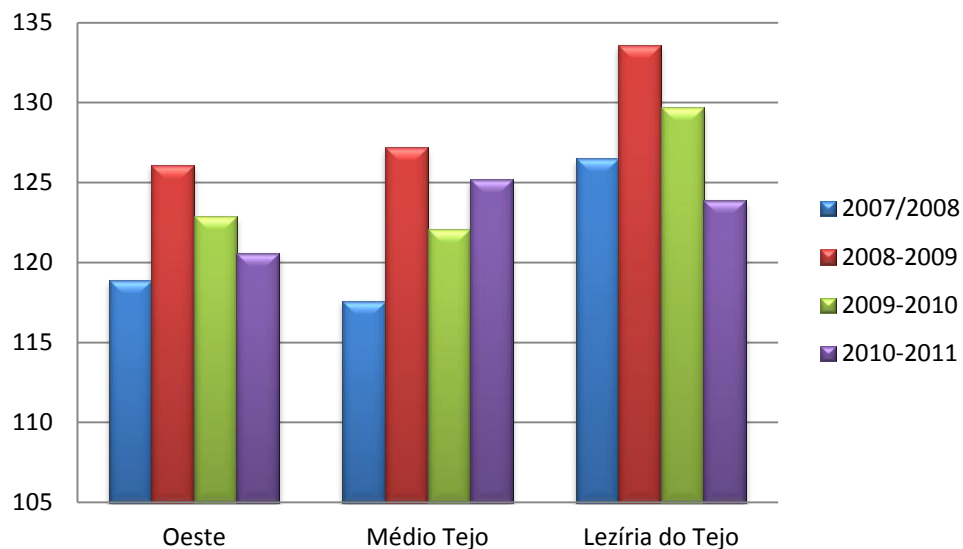
Observações O ano de 2014 tem por base as NUTS de 2013. O Médio Tejo passou a integrar também os concelhos de Vila de Rei, Mação e Sertã.

71 – Taxa bruta de escolarização do ensino básico

Ficha Metodológica		Indicador Nº 71	
Designação	Taxa bruta de escolarização do ensino básico		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		4	-
Fundamento do Indicador (o que mede)		Escolarização	

Definição	-		
Referência	ORLVT P01010007		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	(Alunos matriculados no ensino básico/ População residente com idade entre 6 a 14 anos) *100		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2010/2011		

Figura 79–Taxa bruta de escolarização do ensino básico (%)



Meta 2020 ↘

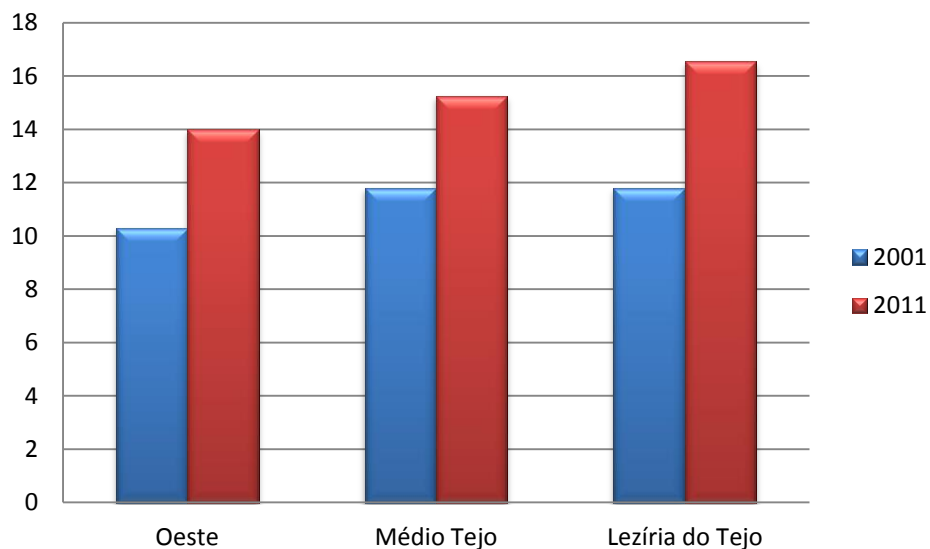
Observações De acordo com os dados do INE, no presente relatório para este indicador, o momento temporal passa a ser relativo ao ano letivo.

72 – Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos

Ficha Metodológica		Indicador Nº 72	
Designação			
Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos			
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		6 e 7	3
Fundamento do Indicador (o que mede)			

Definição	-
Referência	ORLVT T15040011
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento da população e habitação
Unidade de medida	Percentagem (%)
Fórmula de cálculo	(Alojamentos familiares clássicos vagos/ Alojamentos familiares clássicos) *100
Unidades de Análise	Concelho NUTS III ✓
Periodicidade	Decenal
Último ano disponível	2011

Figura 80—Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)



Meta 2020 ↘

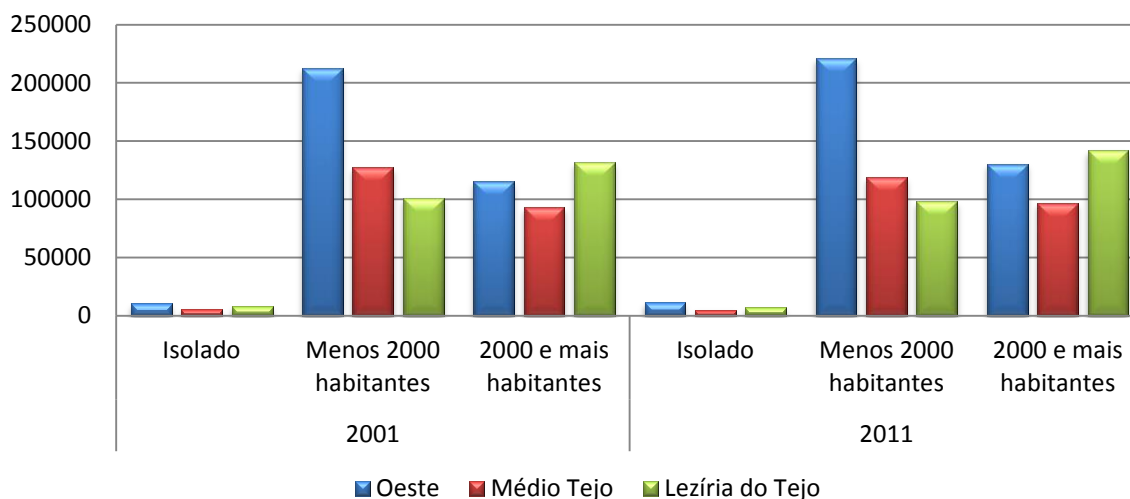
Observações -

73 – População por dimensão dos lugares

Ficha Metodológica		Indicador Nº 73	
Designação	População por dimensão dos lugares		
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD 6 e 7	Eixos Estratégicos 3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Estrutura do povoamento	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15030003		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento da população e habitação		
Unidade de medida	Número (nº)		
Fórmula de cálculo	-		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2011		

Figura 81—População residente por dimensão dos lugares (nº)



Meta 2020 N/A

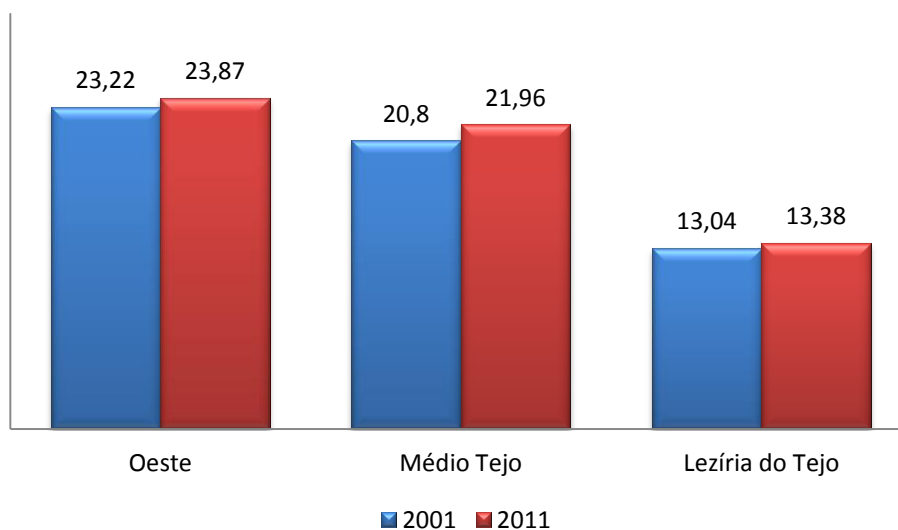
Observações Indicador denomina-se “População residente em lugares censitários (N.º) por Local de residência”, sendo que apenas há informação disponível à data dos Censos. As tipologias são: a) Isolada, b) Menos de 2000 habitantes, c) 2000 e mais habitantes.

74 – Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal

Ficha Metodológica		Indicador Nº 74	
Designação			
Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal			
Tipologia de Indicador	Indicador de Monitorização	FCD	Eixos Estratégicos
		6 e 7	3
Fundamento do Indicador (o que mede)		Sazonalidade dos alojamentos	

Definição	-		
Referência	ORLVT T15040010		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento da população e habitação		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$(\text{Alojamentos familiares clássicos (de uso sazonal ou residência secundária)} / \text{Alojamentos familiares clássicos}) * 100$		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Decenal		
Último ano disponível	2011		

Figura 82—Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)



Meta 2020 N/A

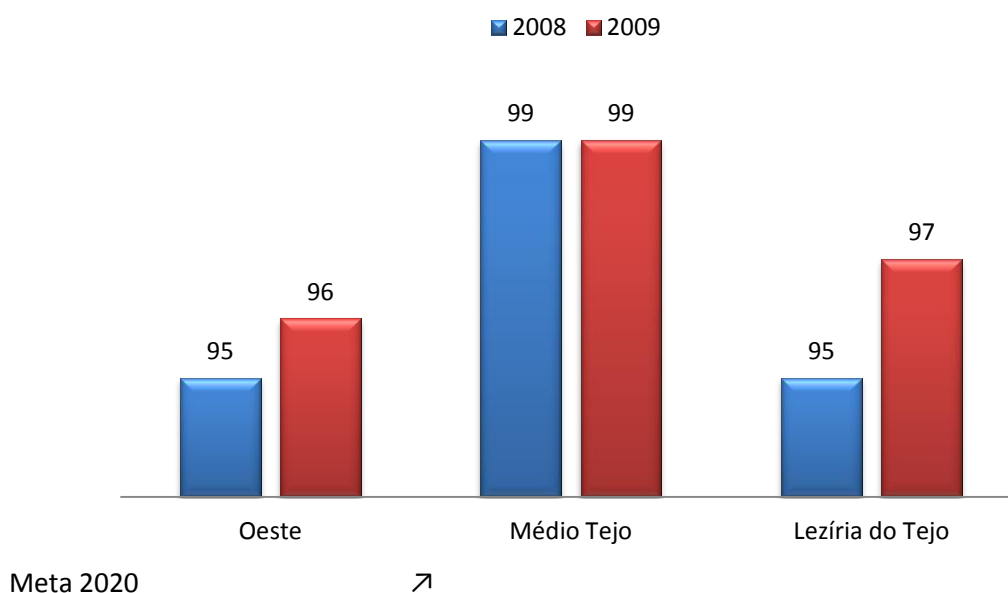
Observações Apenas há informação disponível à data dos Censos.

75 – Proporção de águas residuais tratadas

Ficha Metodológica		Indicador Nº 75	
Designação		Proporção de águas residuais tratadas	
Tipologia de Indicador	Indicador de Resultado	FCD	Eixos Estratégicos
		1e 6	2
Fundamento do Indicador (o que mede)		Saneamento ambiental	

Definição	-		
Referência	ORLVT T14010005		
Fonte dos dados	Instituto Nacional de Estatística, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR VFF)		
Unidade de medida	Porcentagem (%)		
Fórmula de cálculo	$\left(\frac{\text{Descarga direta de águas residuais}}{\text{Total de águas residuais rejeitadas}} \right) * 100$ onde: total de águas residuais rejeitadas = descarga direta de águas residuais + descarga de águas residuais após tratamento.		
Unidades de Análise	Concelho	NUTS III	✓
Periodicidade	Anual		
Último ano disponível	2009		

Figura 83—Proporção de águas residuais tratadas (%)



Observações

Os dados de 2008 para o Oeste não incluem informação relativa aos municípios de Alenquer, Bombarral, Lourinhã e Óbidos, já os dados para a Lezíria excluem informação dos municípios de Almeirim e Golegã.

Os dados de 2009 para o Oeste não possuem informação relativa aos municípios de Bombarral e Lourinhã, os dados para o Médio Tejo excluem informação do município de Vila Nova da Barquinha e os dados da Lezíria do Tejo não contabilizam a informação dos municípios de Almeirim e Golegã.

Anexos

Anexos 1

Indicadores-Chave de contexto (e seu contributo para avaliar o desempenho dos Fatores Críticos para a Decisão)		
Nº	Indicador	Fator Crítico para a Decisão ⁶
1	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global	
2	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão	
3	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade	
4	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental	
5	PIB <i>per capita</i> (Euro-milhares)	
6	Esperança de vida à nascença (idade)	
7	Índice de envelhecimento (nº)	4
8	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%)	
9	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	4
10	Taxa de escolarização do ensino superior (%)	4
11	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	
12	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	3
13	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	3
14	População residente, por local de residência (nº)	
15	Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000	1
16	Proporção de superfície das áreas protegidas (%)	1

⁶Designação dos Fatores Críticos para a Decisão: 1- Recursos naturais e culturais; 2- Energia; 3- Qualidade do ambiente; 4- Potencial humano; 5- Acessibilidade e mobilidade; 6- Desenvolvimento rural / Relação Urbano-rural; 7- Fragmentação territorial.

Organização dos Indicadores de Monitorização por Eixo Estratégico e FCD												
Nº	Indicador	Eixo estratégico ⁷				Fator Crítico para a Decisão						
		1	2	3	4	1	2	3	4	5	6	7
17	VAB por ramo de atividade (milhões €)											
18	Produtividade aparente do trabalho (Base 2000 - €) (Euro-Milhares)											
19	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)											
20	Taxa de natalidade das empresas CAE Rev3 (%)											
21	Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes CAE Rev3 (%)											
22	Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia CAE Rev3 (%)											
23	Despesas em I&D em % do PIB											
24	Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (Série CAE Rev. 3 - %)											
25	Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (Série CAE Rev. 3 - %)											
26	Evolução do emprego nas atividades do sector Ambiental (nº)											
27	Evolução do emprego nas atividades do sector Cultural (nº)											

⁷ **Designação dos Eixos Estratégicos:** Eixo Estratégico 1 – Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização; Eixo Estratégico 2 – Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental; Eixo Estratégico 3 – Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana; Eixo 4 – Descobrir as novas ruralidades.

28	Número médio de alunos matriculados no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet (nº)	■			■														
29	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues <i>on-line</i> (%)	■			■														
30	Capacidade de alojamento turístico por tipologia (nº)	■	■				■												■
31	Estada média por tipologia de alojamento (nº/dias)	■	■																
32	Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento (%)	■	■				■												
33	Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	■																	
34	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)	■		■															■
35	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos)	■		■															■
36	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)	■		■															
37	Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)	■			■		■												
38	Produtividade Económica dos Sistemas de Produção (euros / SAU)	■			■		■												
39	Frentes Ribeirinhas valorizadas (km)		■	■															
40	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)		■	■				■											■
41	Estrutura Ecológica (ha)		■																■
42	Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)		■					■											■
43	Áreas Protegidas regionais ou locais (ha)		■					■		■									

63	Emissões de GEE <i>per capita</i> (Ton / habitante ano)								
64	Emissões de GEE por setor (ton)								
65	Consumo de energia Elétrica, segundo o tipo de consumo (kwh)								
66	Consumo de energia por habitante (kWh/ hab.)								
67	Qualidade da água para consumo humano (n.º)								
68	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)								
69	Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de destino								
70	Índice de dependência total (n.º)								
71	Taxa bruta de escolarização do ensino básico (%)								
72	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)								
73	População por dimensão dos lugares (n.º)								
74	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)								
75	Proporção de águas residuais tratadas (%)								

	Nº Indicador	Indicador
Indicadores-chave de Contexto	1	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global
	2	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão
	3	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade
	4	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental
	5	PIB per capita (Euro-milhares)
	6	Esperança de vida à nascença
	7	Índice de envelhecimento
	8	Taxa quinquenal de mortalidade infantil
	9	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário
	10	Taxa de escolarização do ensino superior (%)
	11	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)
	12	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)
	13	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)
	14	População residente por local de residência (nº)
	15	Proporção da superfície dos sítios da Rede Natura 2000 (%)
	16	Proporção da superfície das áreas protegidas (%)
Eixos Estratégicos		Indicadores
Eixo Estratégico 1 – Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	17	VAB por ramo de atividade (milhões €)
	18	Produtividade aparente do trabalho (Base 2000 - €) (Euro-Milhares)
	19	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)
	20	Taxa de natalidade das empresas CAE Rev3 (%)
	21	Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes CAE Rev3 (%)
	22	Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia CAE Rev3 (%)
	23	Despesas em I&D em % do PIB
	24	Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (Série CAE Rev. 3 - %)
	25	Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (Série CAE Rev. 3 - %)
	26	Evolução do emprego nas atividades do sector Ambiental
	27	Evolução do emprego nas atividades do sector

		Cultural
	28	Número médio de alunos matriculados no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet (nº)
	29	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues <i>on-line</i> (%)
	30	Capacidade de alojamento turístico por tipologia (nº)
	31	Estada média por tipologia de alojamento (nº/dias)
	32	Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento (%)
	33	Proporção de hóspedes estrangeiros (%)
	33	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)
	35	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos)
	36	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)
	37	Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)
	38	Produtividade Económica dos Sistemas de Produção (euros / SAU)
Total Indicadores no Eixo 1 – 22 indicadores		
Eixo Estratégico 2 – Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental	26	Evolução do emprego nas atividades do sector Ambiental
	27	Evolução do emprego nas atividades do sector Cultural
	30	Capacidade de alojamento turístico por tipologia (nº)
	31	Estada média por tipologia de alojamento (nº/dias)
	32	Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento (%)
	39	Frentes Ribeirinhas valorizadas (km)
	40	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)
	41	Estrutura Ecológica (ha)
	42	Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)
	43	Áreas Protegidas regionais ou locais (ha)
	44	Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco
	45	Taxa de incorporação endógena (%)
	46	Perdas Reais de água – sistemas em alta (%)
	47	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)
	48	Taxa de superfície florestal ardida (%)
49	Taxa de Abandono Agrícola (%)	

	50	Grau de Extensificação Agrícola (GEA) (%)
	51	Modos de produção sustentáveis
	63	Emissões de GEE <i>per capita</i> (Ton / habitante ano)
	64	Emissões de GEE por setor (ton)
	65	Consumo de energia elétrica, segundo o tipo de consumo (kwh)
	66	Consumo de energia por habitante (kWh/ hab.)
	67	Qualidade da água para consumo humano (n.º)
	68	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)
	69	Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de destino
	75	Proporção de águas residuais tratadas
Total Indicadores no Eixo 1 –26 indicadores		
Eixo Estratégico 3 – Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana	34	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares %)
	35	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos)
	36	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)
	39	Frentes Ribeirinhas valorizadas
	40	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)
	52	Dinâmica de reabilitação urbana
	53	Dinâmica de reabilitação do edificado (Fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução/fogos licenciados para habitação nova*100)
	54	Serviços de transporte coletivo urbano
	55	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)
	56	Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)
	57	Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes (%)
	58	Proporção da população residente em cidades (%)
	59	Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT (ha)
	72	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)
	73	População por dimensão dos lugares (n.º)
74	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)	
Total Indicador por Eixo – 16 indicadores		
Eixo 4 – Descobrir as novas ruralidades	28	Número médio de alunos matriculados no 1º Ciclo do ensino básico por computador com

		ligação à internet (nº)
	29	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues on-line (%)
	24	Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)
	38	Produtividade Económica dos Sistemas de Produção (euros / SAU)
	48	Taxa de superfície florestal ardida (%)
	49	Taxa de Abandono Agrícola (%)
	50	Grau de Extensificação Agrícola (GEA) (%)
	51	Modos de produção sustentáveis
	55	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)
	56	Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)
	58	Proporção da população residente em cidades (%)
	60	Construção de habitação em solo rural (%) - (n.º de novos fogos em solo rural / n.º total de novos fogos) x 100
	61	Superfície Irrigável (%)
Total Indicador por Eixo – 14 indicadores		

Fator Crítico de Decisão	Nº Indicador	Indicador
Não tem FCD	1	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global
	2	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão
	3	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade
	4	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental
	5	PIB <i>per capita</i> (Euro-milhares)
	6	Esperança de vida à nascença
	14	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)
	17	VAB por ramo de atividade (milhões €)
	19	Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)
	20	Taxa de natalidade das empresas CAE Rev3 (%)
	21	Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes CAE Rev3 (%)
	28	Número médio de alunos matriculados no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet (nº)
	29	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues on-line (%)

	33	Proporção de hóspedes estrangeiros (%)
	36	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutra município (%)
	39	Frentes Ribeirinhas valorizadas (km)
Fator Critico de Decisão		Indicadores
1-Recursos naturais e culturais	15	Proporção da superfície dos sítios da Rede Natura 2000 (%)
	16	Proporção da superfície das áreas protegidas (%)
	26	Evolução do emprego nas atividades do sector Ambiental
	27	Evolução do emprego nas atividades do sector Cultural
	30	Capacidade de alojamento turístico por tipologia (nº)
	32	Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento (%)
	37	Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)
	38	Produtividade Económica dos Sistemas de Produção(euros / SAU)
	42	Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)
	43	Áreas Protegidas regionais ou locais (ha)
	46	Perdas Reais de água – sistemas em alta (%)
	48	Taxa de superfície florestal ardida (%)
	49	Taxa de Abandono Agrícola (%)
	50	Grau de Extensificação Agrícola (GEA) (%)
	51	Modos de produção sustentáveis
	52	Dinâmica de reabilitação urbana
	53	Dinâmica de reabilitação do edificado (Fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução/fogos licenciados para habitação nova*100)
55	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)	
56	Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)	
59	Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT (ha)	
62	Património imóvel classificado como monumento nacional	
75	Proporção de águas residuais tratadas	
2- Energia	40	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)
	45	Taxa de incorporação endógena (%)
	61	Superfície Irrigável (%)
	63	Emissões de GEE <i>per capita</i> (Ton / habitante ano)

	64	Emissões de GEE por setor (ton)
	65	Consumo de energia Elétrica, segundo o tipo de consumo (kwh)
	66	Consumo de energia por habitante (kWh/hab.)
3- Qualidade do ambiente	12	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais
	13	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)
	43	Áreas Protegidas regionais ou locais (ha)
	44	Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco
	47	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)
	48	Taxa de superfície florestal ardida (%)
	50	Grau de Extensificação Agrícola (GEA) (%)
	51	Modos de produção sustentáveis
	67	Qualidade da água para consumo humano (n.º)
	68	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)
	69	Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de destino
4- Potencial humano	10	Taxa de escolarização no ensino superior (%)
	7	Índice de envelhecimento
	9	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)
	18	Produtividade aparente do trabalho (Base 2000 - €) (Euro-Milhares)
	70	Índice de dependência total (n.º)
	71	Taxa bruta de escolarização do ensino básico (%)
5- Acessibilidade e mobilidade	34	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)
	35	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos)
	45	Taxa de incorporação endógena (%)
	54	Serviços de transporte coletivo urbano
	63	Emissões de GEE <i>per capita</i> (Ton / habitante ano)
	64	Emissões de GEE por setor (ton)
	40	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)
6- Desenvolvimento rural / Relação Urbano	59	Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT (ha)
	60	Construção de habitação em solo rural (%) - (n.º de novos fogos em solo rural / n.º total

		de novos fogos) x 100
	72	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)
	73	População por dimensão dos lugares (n.º)
	74	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)
7- Fragmentação territorial	41	Estrutura Ecológica (ha)
	42	Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)
	44	Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco
	53	Dinâmica de reabilitação do edificado (Fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução/fogos licenciados para habitação nova*100)
	55	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)
	56	Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)
	57	Proporção de população residente em cidades com mais de 10 mil habitantes (%)
	58	Proporção da população residente em cidades (%)
	59	Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT (ha)
	60	Construção de habitação em solo rural (%) - (n.º de novos fogos em solo rural / n.º total de novos fogos) x 100
	72	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)
	73	População por dimensão dos lugares (n.º)
	74	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)